

**DISCURSO E MÍDIA:
uma convergência no campo da linguagem**

RENATA CRISTINA SANTANA

**UNIVERSIDADE ESTADUAL NORTE FLUMINENSE
DARCY RIBEIRO – UENF
Campos dos Goytacazes/RJ
Dezembro de 2007**

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca do **CCH / UENF**

014/20

S232 Santana, Renata Cristina

Discurso e mídia: uma convergência no campo da linguagem /

Renata Cristina Santana -- Campos dos Goytacazes, RJ, 2007.

97 f.

Orientador: Sérgio Arruda de Moura

Dissertação (Mestrado em Cognição e Linguagem) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2007.

Bibliografia: f. 93 - 95

**DISCURSO E MÍDIA:
uma convergência no campo da linguagem**

RENATA CRISTINA SANTANA

Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Cognição e Linguagem

Orientador: Prof. Sérgio Arruda de Moura

**Campos dos Goytacazes/RJ
Dezembro de 2007**

**DISCURSO E MÍDIA:
uma convergência no campo da linguagem**

Trabalho examinado em: ___/___/___

Prof. Dr. Sérgio Arruda de Moura (Doutor, Literatura Comparada) – UENF
Presidente

Prof. Dr. Carlos Alexandre Carvalho Moreno (Doutor, Letras) – UERJ

**Prof^a. Dra. Silvia Lúcia dos Santos Barreto (Doutora em Comunicação)
CEFET/Campos**

Prof. Carlos Henrique Medeiros de Souza (Doutor em Comunicação) – UENF

**Campos dos Goytacazes/RJ
Março de 2007**

*Aos meu pais e ao Pedro,
com todo meu amor e gratidão*

Agradecimentos

A Deus por me conceder a vida, e a graça de continuar a caminhada rumo ao saber.

Aos meus pais Renato e Maria Helena, pelo estímulo, pelo apoio incondicional, que me dá força para ir ao encontro de novos desafios.

Ao meu Pedro, que trouxe a suavidade e alegria da sua infância.

A Rute pelo carinho, pelo cuidado, pela presença constante, substituindo os muitos momentos de minha ausência.

Ao professor Sérgio Arruda, pela nobreza, dedicação, confiança e paciência com que conduz nossos trabalhos.

Aos professores do PPGCL, por todo conhecimento e experiência trocados nesses anos de estudo.

Ao colegas que fizeram parte dessa etapa da minha vida e que muito deixaram de si. Karina, Zuleika, Lina, Rodrigo, Nara, Tiago, Wander e Aline, vocês ficarão pra sempre na lembrança desse curto, mas fértil tempo de convivência.

A Karinhinha (agradeço de novo) e ao Felipe, pela amizade e pelo apoio desde o início.

Sem vocês, pessoas mais que especiais, nada teria sido possível. Obrigada!

RESUMO

Buscamos neste estudo sobre discurso, mídia e sociedade, analisar o entrelaçamento entre a linguagem e as questões sociais, refletidas nas relações de diferença e poder, que se travam através do apoderamento do discurso por órgãos midiáticos. Órgãos responsáveis pela construção do discurso da excelência, concebido na cultura de massa como fator relevante e decisivo no processo de recepção e consumo de bens materiais e culturais. Acreditamos ser pela via do discurso que podemos compreender o modo próprio da existência de instituições como a publicidade, o jornalismo, a cultura e as artes dentro dos domínios da cultura de massa. Desse modo, nosso foco principal consiste na crença do entrelaçamento do discurso às formas de reprodutibilidade técnica, considerando a Indústria Cultural como organismo que se utiliza da faculdade discursiva para imprimir aos objetos uma aura, um espírito, capazes de transfigurar corpos e mentes através do consumo de bens culturais.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso, mídia, sociedade

SUMÁRIO

I INTRODUÇÃO

II A EVOLUÇÃO E AS TRANSFORMAÇÕES DE ESTUDOS COM FOCO NA LINGUAGEM 18

2.1 – O estruturalismo lingüístico – um princípio saussureano 23

2.2 – Os limites do estruturalismo 28

III CONTROLE E DELIMITAÇÃO DO DISCURSO NAS FORMAÇÕES SOCIAIS:

UM ESTUDO SOBRE A TEORIA DO DISCURSO EM FOUCAULT 35

3.1 – A formação do discurso 36

3.2 – A noção de enunciado em Foucault 39

3.3 – O discurso como espaço de disputa ideológica 46

IV DISCURSO E MÍDIA 54

4.1 A linguagem como fenômeno resultante da interação social 59

4.2 – O discurso como prática social 63

4.3 – A visão sociointeracionista em Bakhtin e a questão dos gêneros do discurso 69

4.3.1 – A subjetividade nos gêneros jornalísticos 72

4.3.2 – O editorial como gênero opinativo 77

4.3.3 – Carta ao leitor – um dispositivo da mídia impressa sobre o pensar interlocutorial. 80

4.3.4 – O papel da linguagem na construção dos discursos vinculados à comercialização dos bens culturais. 86

V CONSIDERAÇÕES FINAIS

VI REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANEXOS

Anexo I: O que incomoda o terror

Anexo II: Educar é crescer

I INTRODUÇÃO

Compreendida como inesgotável fonte de riqueza e de múltiplos valores, a linguagem vem sendo estudada como um fenômeno inseparável do homem e da sociedade. Ora tida como modeladora do pensamento humano, ora usada como instrumento de comunicação, a linguagem desde os tempos mais remotos desempenha preponderante função em todo processo de formação e evolução das sociedades. É através da linguagem que os indivíduos se comunicam, e interagem, de modo a estabelecer diferentes tipos de relações responsáveis pela formação política, econômica e cultural de uma dada sociedade. Como exemplo desses tipos de relações podemos enumerar as relações de poder, de trabalho, afetivas, enfim, os mais variados tipos de relações que envolvem trocas sociais. É através da linguagem que manifestações culturais e artísticas das mais diversas naturezas ocorrem. É essa natureza factual que insere os estudos da linguagem no âmbito das ciências sociais, visto que os indivíduos e a linguagem por eles produzida encontram-se direta ou indiretamente relacionados às sociedades a que pertencem.

A linguagem humana é um fenômeno complexo, ligado a todo instante a tudo o que o homem faz, pois é, ao mesmo tempo, um instrumento de comunicação, de ação e de representação social. Considerando-se o fato da linguagem estar diretamente ligada ao humano, decorre que seu estudo nem sempre pode ser isolado de outros aspectos inerentes ao humano, ou seja, não é fácil dissociar a língua daquele que a fala. Afinal, se existe língua é porque existem falantes, e os falantes existem em função das ações que os instalam

de várias maneiras e em diferentes níveis de exigência a permanecerem em constante relação com alguma coisa. Deste modo é possível perceber que o estudo da linguagem, em determinadas circunstâncias, implica no estudo da psicologia, da sociologia, da antropologia, e outros campos do saber.

Sendo a língua, um sistema formado por estruturas dinâmicas, que vão se modificando com o passar do tempo e adquirindo novas formas, determinadas culturalmente, em lugares diferentes e em estratos sociais diferentes, não se pode distinguir a língua de um povo, pelo menos em princípio, da sua história, nem de sua organização sociocultural. É nesse sentido que o estudo da linguagem não pode ser realizado isoladamente, pois a língua não “paira” sobre a sociedade, mas está presente nela e com ela se confunde. A esse respeito, José Borges Neto diz que:

As análises acústicas das emissões de fala revelam que a fala é um contínuo. Em outras palavras, do ponto de vista do sinal acústico – da fala como fenômeno físico – não há entidades como segmentos ou sílabas, ou mesmo palavras. Não obstante, os falantes são capazes de perceber segmentos, sílabas e palavras nas emissões de fala. Isto claramente revela que os falantes são capazes de perceber coisas que não estão no sinal físico, mas que pertencem propriamente ao processo perceptivo do falante/ouvinte. Pode-se concluir daí que não é possível ver a língua isoladamente da psicologia do falante. Em suma, assim como não se pode separar a linguagem do meio social em que ela é usada, não se pode separar a linguagem dos processos psicológicos que, de certa forma, “organizam” para os falantes essa linguagem. Noções lingüísticas como língua, dialeto, etc. são claramente noções sociológicas, enquanto fonema, sílaba etc. são noções francamente psicológicas (NETO, 2004. p. 19).

A realização de um estudo de linguagem seguindo esta noção aponta para a possibilidade de se apreender a linguagem em suas múltiplas relações com o homem e com as instituições humanas. O conjunto de relações, imbricações e superposições que a língua mantém é tão vasto, que, por vezes, acaba por dificultar o acesso às condições de escolha por uma abordagem que permita o seu melhor entendimento.

Este estudo tem como objetivo analisar o entrelaçamento entre a linguagem e as questões sociais, refletidas nas relações de diferença e poder, expostas pelos veículos utilizados pela cultura de massa. Para tanto, utilizaremos a abordagem discursiva da linguagem como via de acesso à compreensão dos fenômenos lingüísticos decorrentes do uso da linguagem na cultura de massa.

Segundo Lefévre (1966), o estudo da linguagem, considerando-a como depósito dos conhecimentos que os homens possuem, seria o ponto de partida das ciências da realidade humana podendo-se considerá-la e estudá-la em diferentes setores como, por exemplo, nas ciências em geral, nas ciências sociais, na filosofia, na literatura e nas artes. Daí a importância da atenção voltada para o estudo da linguagem e suas formas de uso.

Tendo a lingüística realizado progressos notáveis e estando a linguagem no centro das pesquisas e descobertas, através do método e pelo objeto, pela forma e pelo conteúdo, faz-se possível o conhecimento das sociedades mais diversas, colhidas justamente na sua diversidade, desde as mais arcaicas até as mais modernas, ditas industriais.

Os diferentes estudos realizados a partir da linguagem, visam sua constituição própria e específica em cada setor em que se manifesta e é construída e trabalhada, pois a linguagem corrente não é sempre a mesma, devendo cada qual elaborar o seu vocabulário, a sua nomenclatura e os seus conceitos. Assim, a linguagem, mesmo tomada como “depósito” de conhecimento e mesmo estruturada como tal, já não contém em si a certeza do conhecimento. Para Lefévre (1966), a linguagem que constitui o discurso cotidiano precisa ser substituída pela linguagem da ciência quando é posta ao

estudo e à análise. Por este lado, a linguagem da ciência separa-nos do discurso real e da língua falada, fato que nos coloca talvez, diante de um problema a ser questionado, sobre o qual não nos debruçaremos, por ora.

É pela via, que liga a comunicação à sociedade, que desenvolvemos este estudo, visando uma aproximação da linguagem ao território da experiência cotidiana, de modo a expor a forma como a língua trabalha e é trabalhada em diferentes situações de uso, sendo ao mesmo tempo, fonte de competência social, cultural, lingüística e ideológica.

Levando em consideração a natureza teórica deste trabalho, a intenção que tivemos foi a de realizar uma investigação em torno do pensamento de dois importantes autores que contribuíram para a formação dos pilares que sustentam a Análise do Discurso – Foucault (Teoria Social do Discurso) e Bakhtin (Teoria Sócio-interacionista), e a aplicação de suas teorias para estudos de caráter não apenas lingüístico, mas também social.

O principal interesse desta pesquisa é explicar, pela via do discurso, as transformações sociais operadas no século XX, a partir do surgimento da Cultura de Massa e da Indústria Cultural e seus efeitos nas formas de agir e interagir social e culturalmente. Através do discurso, concebido como um dado relevante e decisivo, é que se torna possível a compreensão do modo próprio de existência de instituições como a publicidade, o jornalismo, a religião, a política, e as formas de manifestações artísticas em geral, nos domínios da cultura de massa, verdadeiras ordens discursivas, no entendimento de Foucault (1996).

A partir desta explicação, buscamos analisar a relação existente entre linguagem e poder nas diferentes formas midiáticas de expressão utilizadas na

comunicação de massa, pois esta é aqui compreendida como um ambiente no qual a materialização das relações de luta e conflito ocorre de modo mais ou menos explícito.

Tendo como ponto de partida a Teoria Social do Discurso (Foucault), buscamos analisar o papel que a linguagem desempenha na construção dos discursos utilizados pela mídia nos meios de comunicação de massa, e sua função enquanto instrumento ideológico de classe, que utiliza o poder da linguagem em favor da linguagem do poder, isto é, o poder que traz em si o direito de dizer como mecanismo ideológico que aponta, na cotidianidade social, para aquilo que cada um pode ou deve pensar – ato que acaba por transformar o processo de comunicação em um complexo jogo manipulativo.

Pretendemos realizar uma explanação sobre a comunicação de massa e o poder que a ela se relaciona enquanto indústria cultural, pois o poder gera conceitos em torno dos quais se dispõe o diálogo social, construído no e pelo discurso através da enunciação. Segundo Barros (2001), a enunciação ocupa lugar de destaque nas relações entre texto e contexto, fato que leva à expectativa de ser possível conciliar, por meio da explicação da instância enunciativa, as análises internas e externas do texto, indispensáveis no trabalho de construção de sentido do discurso. Vale lembrar que as diferenças discursivas são regidas por diferenças de poder que são, elas mesmas, em parte, codificadas e determinadas pelo discurso e pelo gênero discursivo. Assim, os textos tornam-se espaços de luta uma vez que guardam traços de diferentes discursos e ideologias em disputa pelo controle.

Como linha de acesso à compreensão de todo o aparato lingüístico utilizado no processo comunicativo, utilizamos o arcabouço teórico que segue

os postulados da Análise do Discurso, pois esta, além de valer-se da estrutura textual, considera o sujeito envolvido no discurso, bem como as condições sócio-históricas que propiciam a produção de diferentes formações discursivas (FOUCAULT, 2000).

Ao se admitir a linguagem como sendo fator condicionante no ato de pensar, e tendo em vista que, dependendo do modo e das condições contextuais em que as palavras são utilizadas, elas poderão desencadear processos de restrição, limitação e influência no pensamento humano, é que propomos uma reflexão sobre os atos discursivos que constituem os constantes jogos manipulativos presentes na relação existente entre sujeito receptor e sujeito produtor de discurso mediante o processo de comunicação de massa em geral.

Ao levar em conta as idéias delineadas por Foucault a respeito do discurso como instrumento de dominação e controle, e por Bakhtin sobre a utilização da língua em forma de enunciados concretos e únicos, que emanam de diferentes esferas da vida humana, achamos pertinente a investigação de uma possível aproximação entre as noções lingüísticas e discursivas acima mencionadas ao território da Crítica da Cultura, no que tange apenas à formulação do conceito de Indústria Cultural. Vejamos, se a Indústria Cultural funciona a partir da fabricação em série de bens culturais e se tais bens se constituem a partir do discurso que lhe é atribuído, logo a relação entre o produto e a linguagem torna-se direta, pois será ela a responsável pela divulgação e disseminação dos bens culturais na sociedade. A linguagem constituinte de cada discurso é que irá determinar o direcionamento do produto ao público consumidor de modo mais ou menos adequado, atuando

definitivamente nas formas de recepção e aceitação dos produtos ligados à informação, à cultura e à arte, ou seja, daquilo que denominamos bens culturais.

De acordo com os postulados da Análise do Discurso, não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia; é esta a afirmativa que vai direcionar nossa pesquisa para o estudo da ideologia, valendo-se da postura ideológica assumida pelos órgãos de comunicação de massa em geral, levando em consideração as informações que são transmitidas, os produtos que são anunciados, e as formas de conhecimento, arte e cultura que são apresentadas.

Para a Análise Crítica do Discurso, a ideologia é vista como um importante aspecto da criação e manutenção de relações desiguais de poder, e, nesta perspectiva, a linguagem não é poderosa em si mesma, mas adquire poder pelo uso que os agentes que detêm o poder fazem dela. Daí a importância de se trabalhar com as teorias críticas que objetivam a produção de conscientização e da emancipação. Tais teorias buscam não apenas descrever e explicar, mas também expor um tipo particular de engano. Ainda que adotem conceitos diferentes de ideologia, as teorias críticas pretendem despertar nos agentes a consciência de que, com frequência, eles são enganados a respeito de suas próprias necessidades e interesses e um dos objetivos da Análise Crítica do Discurso é exatamente o de “desmistificar” os discursos, decifrando as ideologias.

Dentro dos estudos lingüísticos, a Análise do Discurso pode servir como método a ser utilizado para a “desmistificação” de bens de consumo, culturais ou não. A produção em série e o trabalho de lapidação da linguagem constrói

diferentes tipos de discursos, instaura a sofisticada égide da *grife*, da marca. Não se adquire uma geladeira e sim uma “*Brastemp*”. Não se adquire uma informação, ou se constrói uma opinião, consome-se uma ideologia que é vendida pronta e “mastigada” elaborada através dos mais engenhosos recursos tecnológicos e lingüísticos.

A Indústria Cultural, atrelada ao discurso da mídia que varia de interesse para interesse, faz com que as pessoas acreditem que de seus produtos emana uma energia bendita, capaz de fazer com que qualquer indivíduo, por mais simples e mortal que seja, possa adentrar o mundo dos eleitos, dos ricos, do poder, a partir da aquisição de bens que na verdade não passam de simbólicos. O cerne deste estudo consiste na crença do entrelaçamento do discurso às formas de reprodutibilidade técnica nos campos ligados à cultura de massa, principalmente no que se refere à transmissão de informação. É como se a Indústria Cultural se valesse da faculdade discursiva para imprimir aos bens culturais ou materiais uma aura, um espírito, capazes de transfigurar corpos e mentes através do, a princípio, simples ato de consumir.

Não podíamos, deixar de abrir uns parênteses neste trabalho, para lembrar o fato de que as exigências do mundo moderno, em rápidas transformações, obrigam o homem a estar constantemente em dia com o saber em suas múltiplas formas. Não apenas no campo da ciência e da tecnologia, mas, principalmente nas áreas em que o saber se forma em contato com o ser, com a linguagem e suas variadas formas expressivas.

Foi devido ao interesse pelas questões discursivas e ao desejo de investigar os mecanismos que envolvem o processo comunicativo e cultural que busco neste estudo sobre discurso, cultura e sociedade, perceber e

compreender como as relações sociais de soberania de grupos hegemônicos sobre grupos menos favorecidos – política, econômica ou culturalmente – se travam através do apoderamento do discurso por órgãos midiáticos. Órgãos responsáveis pela construção do discurso da excelência, concebido na cultura de massa como fator relevante e decisivo no processo de recepção e consumo de bens materiais e culturais.

Ao considerar as relações dialógicas, contextuais e intencionais, os veículos de comunicação de massa podem não apenas informar como também, persuadir, manipular, e formar indivíduos que interagem socialmente, daí a relevância deste estudo, no sentido de investigar questões ligadas ao processo de representação social no discurso da mídia e seu papel na manutenção e reprodução das posições ideológicas na sociedade contemporânea.

Por razões de conhecimento e assimilação da teoria do discurso e da cultura de massa e pelo interesse por questões sociais que o uso do discurso pela mídia levanta, é que propusemos relacionar as teorias já mencionadas, em busca de uma exposição dos efeitos que as práticas discursivas aplicadas aos produtos da Indústria Cultural podem causar na sociedade.

Entendendo este estudo como uma possibilidade de agrupamento das bases teóricas que sustentam a Análise do Discurso é que julgamos a sua importância e relevância enquanto trabalho científico. Nesse sentido, a apresentação da trajetória em que foi instaurada a Análise do Discurso, e a compreensão dos pilares sobre os quais foram se desenvolvendo suas teorias, mostram-se como etapas cruciais para sua aceitação no meio acadêmico enquanto ciência não apenas lingüística, mas também social.

II A EVOLUÇÃO E AS TRANSFORMAÇÕES DE ESTUDOS COM FOCO NA LINGUAGEM

Uma das mais celebradas qualidades da lingüística foi e, em certo sentido, ainda é, é a sua cientificidade. Segundo Manuel Luiz Corrêa (2002, p. 23), a história quase oficial a respeito da constituição da lingüística como ciência é a que liga Ferdinand de Saussure, o criador do estruturalismo lingüístico, ao sociólogo francês Émile Durkheim, e, indiretamente, a Auguste Comte, criador da doutrina positivista, que abrange vários campos que vão da Teoria do Conhecimento à Sociologia. O Positivismo de Comte tem por caráter o estabelecimento de leis naturais invariáveis e a subordinação da imaginação à observação. Essa vinculação da lingüística à sociologia de Durkheim parece ser, porém, o primeiro momento em que a lingüística e as ciências sociais se avizinham de algum modo.

Ao instaurar nos estudos lingüísticos a idéia de oposição entre os atos lingüísticos concretos e o sistema que lhes serve de suporte, a chamada “oposição língua/fala (ou oposição *langue/parole*)”, Saussure buscou subsídios, elaborados no mesmo espírito, nas ciências sociais. Segundo Rodolfo Ilari (2005, p. 58), a referência mais óbvia foram os estudos de Durkheim sobre o suicídio:

Nada é, a primeira vista, mais individual do que o suicídio; entretanto, o suicídio só assume seu significado enquanto ato que se contextualiza no interior de uma determinada sociedade. Analogamente, os indivíduos que utilizam a linguagem o fazem sempre por iniciativa pessoal, mas sua ação verbal só tem os efeitos que tem pela existência de um sistema que o usuário compartilha com os outros membros da comunidade lingüística de que faz parte.

É a partir dessa analogia que Saussure passa a qualificar a língua como um fenômeno social, qualificando também a lingüística como um ramo da psicologia social.

Em texto de 1969, Foucault lembra que a vinculação da lingüística com as ciências sociais data de pelo menos dois séculos. Segundo o autor, já no século XVIII, D'Alembert, ao referir-se à *Encyclopédie*, explica que, se ele havia feito um dicionário nos moldes da análise de uma língua, tinha sido porque ele queria construir um monumento que pudesse permitir às gerações futuras conhecer o que haviam sido os costumes, os conhecimentos, as técnicas do século XVIII. Esse procedimento caracteriza, segundo Foucault, a tomada da ciência da linguagem como uma forma ou um conteúdo de conhecimento. A aproximação entre os fatos de língua e os fatos de cultura é, nesse caso, bastante evidente.

Ao traçar o percurso histórico do desenvolvimento dos estudos lingüísticos, Carlos Alberto Faraco (2005, p. 31) diz que, no século XIX, com a descoberta do sânscrito, os estudos lingüísticos dos comparatistas, destacando-se Friedrich Schlegel (1772-1829) e, em particular, Franz Bopp (1791-1867), mostram o avanço metodológico da ciência lingüística em relação às outras ciências humanas. Pela comparação entre línguas, os lingüistas de então buscavam a reconstituição de uma língua-mãe (o indo-europeu), partindo de traços das línguas documentadas na direção do passado dessas línguas. Esse estudo se deu pela comparação do grego e do latim com a descrição do sânscrito, que tinha sido feita muito antes – entre os séculos V e III a. C. pelo hindu Panini –, mas que só no início do século XIX tinha sido divulgada na Europa. Há, nesse movimento em direção ao passado, a idéia de uma língua

originária comum a todas as línguas das principais culturas clássicas (o sânscrito, o grego e o latim). Esse método comparativo de reconstituição, voltado para o estudo de línguas “mortas”, mostra, portanto, que a ciência lingüística, desde seus primórdios, dispunha de um método científico de análise, fato que já a colocava num plano de elaboração formal muito avançado em comparação com o trabalho de outras ciências humanas. Além do método, pode-se também observar o interesse na explicação das diferentes culturas, fato que, uma vez mais, aproxima os fatos de língua dos fatos sociais e históricos.

Ainda segundo Faraco (2005, p. 34), em fins do século XIX e no decorrer do século XX, com os chamados neogramáticos, os estudos comparativos dirigiram seu olhar para o presente, e a comparação entre línguas vivas passou a ser o objeto de seu estudo. Influenciada pelas ciências naturais, a lingüística de então propôs leis fonéticas de evolução de uma língua, ao lado do estudo da organização social que teria dado certa organização do vocabulário. O lingüista, munido de um método comparativo voltado agora para línguas particulares, passava a observar a relação entre língua e sociedade e dava, assim, mais um passo na direção de outras ciências humanas.

Costuma-se assumir o ano de 1878 como data inicial do movimento neogramático. Foi nesse ano que se publicou o primeiro número da revista *Morphologischen Untersuchungen* (Investigações Morfológicas), fundada por Hermann Osthoff (1847-1909) e Karl Brugmann (1849-1919), cujo prefácio, assinado pelos dois autores, é tido como o manifesto neogramático (Faraco, 2005, p. 34). Nele, Osthoff e Brugmann criticam a concepção naturalista da língua, que a via como possuidora de uma existência independente. Para eles,

a língua tinha de ser vista ligada ao indivíduo falante. Com isso, introduzia-se uma orientação psicológica subjetivista na interpretação dos fenômenos de mudança, ou seja, para esses autores, a língua existe no indivíduo e as mudanças se originam nele, daí a importância de se estudarem também as línguas vivas atuais, apreendendo a natureza das mudanças, e não apenas reconstruindo estágios remotos das línguas como fizeram os comparatistas.

Analisando o percurso histórico dos estudos lingüísticos, Faraco (2005, p. 45) diz que:

O Século XIX nos deixou, por exemplo, o delineamento claro da língua como uma realidade com história (sob mutação permanente no eixo do tempo); reorganizou nossa percepção da diversidade (demonstrando sistematicamente a existência de uma rede de relações “genéticas” entre várias línguas diferentes); deu forma ao senso de sistema (exercitando perspectivas biologizantes, psicologizantes e sociologizantes, bem como lançando as condições para o grande corte sistêmico saussureano). Não faltou também ao século XIX elaborar um modo de pensar a língua não como sistema (gramatical), mas como uma atividade sistemática (do espírito humano), perspectiva que voltará no século XX sob as mais variadas formas.

Foi seguindo o percurso acima mencionado que os estudos lingüísticos foram evoluindo até o estágio atual, em que não se pode mais dissociar a linguagem da sociedade.

Segundo Lefévre, a sociedade pode definir-se por um conjunto de estruturas, de que a língua faz parte integrante e integrada (integra os indivíduos na prática social). Para ele, cada língua é um conjunto de estruturas, de que a sociedade fornece as formas e os conteúdos. Cada língua, com as suas especificidades e peculiaridades serve de instrumento de comunicação e expressão. Para este autor, o universo não existe para o homem social senão através da sociedade, portanto da língua.

Pouco a pouco, a partir de muitos debates teóricos e sob a inspiração do *Cours de linguistique générale* de Saussure (1916), uma nova concepção de

língua é determinada. Este fato impulsiona a constituição da lingüística como ciência. Assim, uma nova perspectiva científica poderia ser construída a partir da atribuição aos fatos de língua de uma ordem própria, inspirada numa outra ordem que, na época, já era atribuída aos fatos sociais. Essa influência, atribuída ao positivismo de Comte, via Durkheim, é, como já foi dito anteriormente, a história mais corrente sobre a constituição da lingüística como ciência, embora grande parte do método científico da lingüística já tivesse nascido dois séculos antes do ensinamento de Saussure.

Outra demonstração do frutífero caminho percorrido pelos estudos lingüísticos até chegar ao ponto em que hoje se encontra é feita em parceria pelos pesquisadores Luiz Antônio Marcuschi e Margarida Salomão na introdução de *Introdução à Lingüística: fundamentos epistemológicos* (2005, p. 16). Os autores discorrem pela história da lingüística ao dizer que:

No Brasil dos anos sessenta do século XX, o estruturalismo foi a posição hegemônica, tendo em Mattoso Câmara Jr. seu expoente. O estruturalismo é o legítimo herdeiro de todas as dicotomias, começando pela distinção “*langue-parole*”, passando pelo significante-significado, chegando às oposições da fonologia acústica (...). Na trilha saussureana, toma-se a “*langue*” e não a “*parole*” como foco de análise. O estruturalismo impulsiona os estudos fonéticos-fonológicos e a sintaxe, descuidando, no entanto, da semântica e da pragmática. Assim mesmo, deu origem à Lingüística de Texto – no interior da escola de Praga – dedicando-se ao estudo do dinamismo comunicativo na “perspectiva funcional da sentença”. O estruturalismo foi um terreno fértil da lingüística descritiva. Mas nem tudo é unanimidade, e há opositores em seu interior, tal como Benveniste que critica o esquecimento do sujeito. Coseriu, que investe contra algumas consagradas dicotomias como sincronia-diacronia, opondo-lhe a “pancronia”, não aceita a divisão *langue-parole* e sugere a tripartição “sistema-norma-fala”. Pêcheux sente falta de considerações sobre a ideologia, história e política e critica o descaso com o fenômeno discursivo. E com o gerativismo surgido tanto dentro como fora do estruturalismo vem um golpe de morte no descritivismo e no behaviorismo que se instalara no estruturalismo.

Enfim, de modo resumido, seria este o caminho percorrido pelos estudos lingüísticos até o momento atual em que a relação linguagem-sociedade e língua-sujeito-ideologia torna-se diretamente mais efetiva em direção ao caráter discursivo, sobre o qual nos debruçaremos mais adiante.

2.1 O estruturalismo lingüístico – um princípio saussureano

Durante muito tempo a teoria admitida como da língua, ou seja, o estruturalismo lingüístico, as questões da nomenclatura, da significação e do sentido pareciam claras e distintas. Cada palavra designava uma coisa, um objeto, um ser, ou uma relação entre as coisas, os objetos, os seres (FOUCAULT, 1981). Saussure, incomodado por algumas questões a esse respeito, abalou esta tranqüila certeza, com uma crítica da velha teoria, dando um decisivo passo à frente nos estudos da linguagem. Suas reflexões mostraram que o conteúdo de uma palavra, isto é, dos sons que a constituem, não é a coisa, é alguma coisa de imaterial, de irreal, em relação a uma realidade material dada. O sinal não designa a coisa em si, é o conteúdo exterior à forma. O significado é inerente ao significante, o qual é arbitrário em relação à coisa. A partir de sua concepção de linguagem, Saussure (1974) diz que “linguagem designa (denota) coisas ou antes os conceitos dessas coisas. Isto não quer dizer que a linguagem seja irreal, mas que a sua realidade é específica: formal.” Para Saussure, a linguagem só se torna objeto pelo processo que a fixa espacialmente: a escrita. Somente a escrita consolidou a opinião de uma substancialidade das palavras. Para ele, forma e conteúdo, significante e significado são diferentes e indissolúvelmente unidos na sua diferença. A análise estrutural do significante e do significado marcou uma época, porém esqueceu-se de considerar a análise completa do sentido. Significante e significado opõem-se no sinal, mas o sinal assim definido fica isolado, e ninguém pronuncia separadamente uma palavra sem que se

transforme o fenômeno da linguagem em apenas um objeto qualquer. Todo enunciado se insere em um contexto, em uma situação.

Ao questionar a respeito de qual seria o objeto integral e completo do qual se ocupariam os estudos de lingüística, Saussure ao admitir a língua como tal objeto, perguntava-se: o que é a língua? As reflexões de Saussure sobre a natureza da língua (*langue*) levou-o a operar uma distinção com a fala (*parole*), originando as separações daquilo que é social do que é individual; aquilo que é essencial do que é acessório; constatando que a língua não é uma função do sujeito falante, e sim o produto que o indivíduo registra passivamente. Já a fala, pelo contrário, é um ato individual de vontade e de inteligência, no qual convém distinguir as combinações pelas quais o sujeito falante utiliza o código da língua em vista de exprimir seu pensamento pessoal. Tal apresentação do problema estabelece uma dupla associação. De um lado, língua e fala opõem-se no sentido em que se opõem o sistema de signos, o código e o acidental, o arranjo devido ao acaso. De outro lado, duplicando esta oposição, língua e fala opõem-se como a sendo a primeira coletiva e a outra individual.

O problema, diante do qual o estruturalismo saussureano se colocava era o seguinte: se a Lingüística liga-se essencialmente ao estudo do código, do sistema, portanto à língua, o que considerar em relação à fala? Este foi o grande problema que o estruturalismo lingüístico não pôde dar conta. Por algum tempo, a fala foi abandonada em parte do campo da lingüística como reservatório de complexidades difíceis de ordenar, e espaço em que se poderiam desenvolver a subjetividade do locutor, mas ainda não a do pesquisador.

Segundo Régine Robin (1973, p. 25):

Essa “liberdade atribuída ao domínio da fala inscrevia-se numa Filosofia do sujeito neutro, transparente a si próprio (numa Filosofia de antes da descoberta freudiana), e naquela de um sujeito sem determinações socioideológicas (uma Filosofia de antes de Marx). Não se tratava nem de um sujeito do “isto fala”, nem de um sujeito da “fala-se”, mas de um sujeito do “eu falo” .

Em sua teoria lingüística, Saussure estabelece que o que existe junto à oposição significante/significado é uma determinação lateral, aquilo que ele chama de valor, e este pode variar, fazendo com que assim varie também a significação, fazendo surgir o sentido. O sentido desdobra-se em significação e valor. Vale ressaltar que a noção saussureana de valor só pode ser compreendida à luz de uma série de distinções teóricas e decisões que a preparam, entre as quais se incluem a distinção línguaXfala, a distinção formaXsubstância, a noção de pertinência, e as noções de significante, significado e signo. Porém, não é o intuito deste trabalho se estender até as partes constituintes de toda a teoria saussureana, temas que inclusive sugere um outro estudo mais direcionado e aprofundado. Neste momento, o trabalho se detém apenas em alguns enfoques, de forma sucinta.

Cabe então a este estudo demonstrar apenas que esta noção de valor lingüístico, a que nos referimos acima, serve para ressaltar a natureza opositiva do signo. A partir desta noção, o que fundamenta a especificidade de cada signo lingüístico não é o fato de que ele se aplica a certos objetos do mundo, e não a outros; é o modo como a língua coloca esse signo em contraste com todos os demais. Ao interpretar a noção de valor concebida por Saussure, Ilari (2005, p. 64) diz que:

Ao falar de valor lingüístico, Saussure destaca o fato de que a relação significante/significado sempre deve ser considerada à luz do sistema lingüístico em que o signo se insere, e não das situações práticas em que a língua intervém ou das realidades extralingüísticas de que permite falar. Essa recomendação vai no sentido de uma lingüística *immanentista*, ou seja, de uma lingüística que procura minimizar as relações que a língua mantém com o

mundo. Vai também no sentido de dar prioridade lógica às relações que se estabelecem no interior do sistema (isto é, conjunto de relações entre os objetos), e não às unidades entre as quais essas relações se estabelecem.

Pode-se dizer que Saussure tinha descoberto na língua uma construção legitimamente estrutural, isto é, uma construção na qual o sistema, em termos lógicos, é mais fundamental que os próprios objetos. Compreende-se então que o valor pertence às unidades significantes. Essas unidades não se limitam às palavras; as frases fazem parte delas, e dependem pelo menos em parte, da escolha. A análise mínima de uma frase revela nela determinações, necessidades e escolhas. O sinal é arbitrário, mas o agrupamento de sinais na frase, unidade significativa, não o é, se não confundirmos escolha, acaso e arbitrário.

Lefévre (op. cit., p. 128-9) define o sinal como sendo algo que,

pela sua constituição mais íntima, é qualquer coisa que indica. Assim concebido, o sinal não é a palavra ou a linguagem, é o próprio homem, em movimento para o que se lhe furta. O homem é o sinal. Indica o Ser. Tem esse sentido, na história do Ser. Aqueles que entendem a linguagem da poesia, só a compreendem por que se põem à escuta do Ser. Ouvem, para aquém e para além das palavras, de todas as palavras, o que diz o silêncio, um Dizer diferente do dizer vulgar, um Dizer que permanece porque é a morada do Ser.

Como podemos observar, Lefévre tem uma visão mais humana do que seria o sinal, ou seja, o elemento lingüístico responsável pela construção dos sentidos em sua autenticidade. Para Saussure, o sinal se apresenta no nível da estrutura lingüística, em meio a unidades ou agrupamentos frasais, indicando escolhas, necessidades, e intenções. Lefévre vai mais além; para ele, o sinal é algo mais complexo e mais diretamente ligado às faculdades humanas do pensar, do sentir e agir. Para ele os sinais detectados na estrutura lingüística são marcas propriamente humanas, marcas de subjetividade, sinal da presença do Ser, juntamente com tudo aquilo de que é dotado, e que o leva a ser um ser expressivo.

Parafraseando as célebres palavras de Heidegger quando dizia que a linguagem é a morada do Ser, Lefévre afirma que a linguagem autêntica é

aquela que permite manter na linguagem a revelação do Ser, de modo que o caráter autêntico das palavras consiste na riqueza dos sentidos. Torna-se imprescindível neste momento, considerar o lado semântico na sua ciência, não como um recurso para revelar a grandeza ou as ilusões dos conflitos entre os homens, mas estratégia necessária para que se possa estabelecer o sentido ou o não sentido das palavras daquele que fala, o que para certos estudiosos significa ir já bastante longe. Afinal, declarar o sentido das proposições, das palavras pronunciadas ou escutadas já é grande poder, pois muito dos conflitos e tensões, sejam individuais sejam sociais, resultam de mal-entendidos, de erros sobre o sentido das palavras.

Lefébvre, ao pensar sobre a condição teórica dos semânticos, diz que estes descreveram alguma vezes, certas formas de alienação pela linguagem, e fez-se a seguinte pergunta: Como é que as palavras teriam algum poder se não fossem palavras de homens que têm poder? Segundo o próprio filósofo, os semânticos não aliam a alienação pela linguagem às outras formas de alienação: ideológica, política etc. Explicam-na somente pela linguagem. Depois, apresentam-na desmedidamente – que aumenta a sua importância. A crítica de Lefébvre consiste em questionar quais seriam os critérios utilizados pelos semânticos em suas formulações acerca do sentido das palavras. O filósofo questiona a falta da existência de limites que impeçam a extensão desmedida de uma terapêutica, realizada apenas no âmbito da linguagem fechada em si própria.

Em suas elaborações sobre a linguagem, Lefébvre observa um importante papel desempenhado pelas palavras. Ele diz que estas substituem a coisa na sua ausência, numa estranha ausência-presença, ao mesmo tempo alienação,

evocação e poder. É desta maneira, através do uso das palavras, que o verdadeiro, isto é, aquilo que surge do entendimento e do discurso, pode ser legitimado.

2.2 Os limites do estruturalismo

O homem, ao estabelecer sua relação com o mundo e com os outros homens, pelo intermédio da linguagem, finda por estabelecer a própria sociedade, fato que não é coincidência histórica, mas encadeamento necessário. Ora, a linguagem se realiza sempre dentro de uma língua, de uma estrutura lingüística definida e particular, inseparável de uma sociedade também definida e particular. Deste modo, língua e sociedade não se concebem uma sem a outra. Ambas são, segundo Benveniste (1988), tomadas como *dadas*, ambas são *apreendidas* pelo ser humano, que não lhe possui o conhecimento inato.

A partir de Saussure, todos os especialistas concordam em alguns pontos: a linguagem é um fato social e é um conjunto de sinais. Todos rejeitam a teoria língua-repertório (nomenclatura), comportando uma relação biunívoca entre os significantes e os significados isolados. Vejamos o que alguns especialistas nos dizem sobre algumas definições de linguagem.

Em sua teoria conhecida como a da Enunciação, Émile Benveniste (1988) procura demonstrar a presença da subjetividade na linguagem e a oposição entre pessoa/não-pessoa no processo de estabelecimento da referência por meio da enunciação, e nega o caráter instrumental do sistema lingüístico. É em Benveniste que a relação entre os interlocutores ganha relevo nos estudos de

linguagem. Para esse autor a linguagem deve ser pensada no contexto da comunicação. Assim, em todo processo comunicativo, duas pessoas entram em relação: aquela que diz e aquela para quem a primeira diz algo. Para o autor, a pessoa que fala, identificando-se como “eu”, só se concretiza como pessoa diante de um outro (que seria o “tu” ou o “você”), resultando na relação eu-tu, que constitui o centro de referência da enunciação. O sujeito se constitui como tal por meio do uso que faz da linguagem. Segundo Benveniste (1988), é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito, porque só a linguagem fundamenta na realidade.

Além de introduzir esta reflexão sobre a transformação do indivíduo em sujeito, que se daria somente a partir do outro (o interlocutor), Benveniste, com essa reflexão, elabora também uma descrição do sistema da língua, pela qual demonstra que a plenitude do sujeito não se localiza nem no “eu” nem no “tu”, mas na relação intersubjetiva no sentido de que a palavra não está condicionada na relação entre o homem e um instrumento, mas na relação intersubjetiva entre homens.

A Teoria da Enunciação tem por postulado básico que não basta ao lingüista preocupado com questões de sentido, descrever os enunciados efetivamente produzidos pelos falantes de uma língua: é preciso levar em conta, simultaneamente, a enunciação – ou seja, o evento único e jamais repetido de produção do enunciado. Isto porque as condições de produção (tempo, lugar, papéis representados pelos interlocutores, imagens, relações sociais, objetivos visados na interlocução) são constitutivas do sentido do enunciado. Segundo Ingedore Koch (2001), a enunciação vai determinar a que título aquilo que se diz é dito.

Por meio do exame da categoria dos pronomes, dos verbos e dos advérbios, Benveniste afirma que todo ato de comunicação se constrói a partir da manifestação de três determinações, concretizadas no *eu-aqui-agora*. Assim, a análise destas categorias é que irá permitir o estudo da subjetividade na língua.

Ao descrever o sistema pronominal, o autor distingue os pronomes da pessoa (1^a - eu e 2^a - tu) dos pronomes da não pessoa (3^a - ele). Os primeiros manifestam a pessoalidade, designam os interlocutores, os sujeitos envolvidos na interlocução, o “*eu* tem a sua referência própria e corresponde cada vez a um ser único, proposto como tal” (Benveniste, 1988. p. 278); os últimos manifestam a impessoalidade, designam os referentes, o seres no mundo extralingüístico. Os pronomes de 3^a pessoa são inteiramente diferentes do *eu* e *tu*, pela sua função e pela natureza, uma vez que servem para substituir diferentes elementos do enunciado, ou com eles revezar:

É uma função de ‘representação’ sintática que se estende assim a termos tomados às diferentes ‘parte do discurso’, e que corresponde a uma necessidade de economia, substituindo um segmento do enunciado e até um enunciado inteiro, por um substituto mais maleável. Assim, não há nada de comum entre a função desses substitutos e a dos indicadores de pessoa (BENVENISTE, 1988, p. 282-3).

Da mesma forma que os pronomes, as circunstâncias de tempo e lugar também serão pensadas por Benveniste a partir do ato de comunicação. Em relação ao sistema verbal, o autor faz importantes observações em relação aos planos da enunciação que ele aponta como sendo o discurso e a história, cada um em seu tempo característico. É através do estudo dessas e de outras formas estudadas (modalizadores), que Benveniste comprova sua tese da subjetividade na linguagem.

Considerando a enunciação um processo de estabelecimento da referência que instaura um referente no mundo, tal processo inicia-se no limite da atuação do signo, ou seja, no nível sintático. Segundo Benveniste, quando o falante põe o sistema da língua em funcionamento, ele faz um movimento que vai do plano semiótico para o plano semântico. Essa distinção entre os dois planos é fundamental, pois atua sobre a própria definição de signo lingüístico. Desse modo, se, para o plano semiótico, a relação dual significante/significado ainda se mantém, conservando a idéia de um sistema autônomo que depende apenas de suas relações internas, para o plano semântico, essa relação já não basta. Assim, a enunciação pode ser compreendida como um processo de estabelecimento da referência, e o termo desse processo é a instauração de um referente no mundo pelo ato de enunciação. Para Benveniste, o processo de referência começa, como já adiantamos logo acima, no limite da atuação do signo, no nível sintático. Assim confirma o autor:

A frase, criação indefinida (não suscetível de um inventário completo de empregos), variedade sem limite, é a própria vida da linguagem em ação. Concluimos que se deixa com a frase o domínio da língua como sistema de signos e se entra num outro universo, o da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso. (...) A frase é a unidade, na medida em que é um segmento de discurso, e não na medida em que poderia ser distintiva com relação a outras unidades do mesmo nível... (BENVENISTE, 1988, p. 139).

É pelo exercício da linguagem, pela utilização da língua, que o homem constrói sua relação com a natureza e com os outros homens. Língua e sociedade são grandezas de ordens distintas, têm organizações estruturais diversas. Há uma dimensão privativa da língua, que a coloca num plano especial: seu poder coercitivo, que transforma um agregado de indivíduos em uma comunidade. Assim, “a língua é necessariamente o instrumento próprio

para descrever, para conceituar, para interpretar tanto a natureza quanto a experiência” (Benveniste, 1989, p. 95).

Benveniste (1988) organiza sua concepção de linguagem dizendo que esta reproduz o mundo, mas submetendo-o a sua própria organização. Diz que ela é *logos*, discurso e razão juntos, como diziam os gregos. E isso pelo próprio fato de ser linguagem articulada, consistindo de um arranjo orgânico de partes, de uma classificação formal dos objetos e dos processos. Para ele, o conteúdo que deve ser transmitido (o pensamento) é decomposto, segundo um esquema lingüístico. A “forma” do pensamento é configurada pela estrutura da língua. E a língua por sua vez se revela dentro do sistema das suas categorias a sua função mediadora. A esse respeito o autor diz que cada locutor não pode propor-se como sujeito sem implicar o outro, o parceiro que, dotado da mesma língua, tem em comum o mesmo repertório de formas, a mesma sintaxe de enunciação e igual maneira de organizar o conteúdo. A partir da função lingüística, isto é, da linguagem utilizada como instrumento de comunicação intersubjetiva, e em virtude da polaridade eu:tu, indivíduo e sociedade não são mais termos contraditórios, mas sim complementares.

A crítica de Benveniste (1988) ao estruturalismo consiste em dizer que tal corrente teria negligenciado o papel essencial que o sujeito desempenha na língua. Em sua teoria, o autor mostra que algumas estruturas centrais em qualquer língua deixam de fazer sentido se a língua for descrita sem referência à fala e aos diferentes papéis que os falantes assumem na interlocução. Mostrou assim que a fala está representada e, por assim dizer, prevista no sistema da língua.

A partir do fim dos anos 1960, Michel Pêcheux, um dos precursores da Análise do Discurso diz que a lingüística saussuriana, ao excluir a fala, teria transformado os fenômenos textuais e semânticos em algo irrelevante para a categoria científica. Analisemos as palavras de Pêcheux:

Até (...) o curso de Lingüística Geral, estudar uma língua era, no mais das vezes, estudar textos (...) a ciência lingüística clássica propunha-se a ser simultaneamente ciência da expressão e ciência dos meios dessa expressão, e o estudo gramatical e semântico estava a serviço de um fim, a saber, a compreensão do texto, da mesma forma que, no próprio texto, os “meios de expressão” estavam a serviço do fim visado pelo produtor do texto (a saber: fazer-se compreender). Nessas condições, se o homem compreende o que diz seu semelhante, é porque ambos são, em alguma medida, “gramáticos”, enquanto o especialista em linguagem só pode fazer ciência porque, como qualquer um, é capaz de expressar-se. Ora, o deslocamento conceitual introduzido por F. de Saussure consiste precisamente em quebrar essa homogeneidade cúmplice entre a prática e a teoria da língua: a partir do momento em que a língua deve ser pensada como um sistema, ela deixa de ser compreendida como tendo a função de expressar um sentido; torna-se um objeto de que uma ciência pode descrever o funcionamento. (...) A consequência desse deslocamento é, como se sabe, a seguinte: o “texto” não pode de maneira alguma ser objeto pertinente para a lingüística, porque ele não funciona – o que funciona é língua, isto é, um conjunto de sistemas que autorizam combinações e substituições regradas com base em elementos definidos, e os mecanismos mobilizados têm dimensões inferiores ao texto: a língua, como objeto de ciência, se opõe à fala, resíduo não científico da análise. (PÊCHEUX, apud ILARI, 2005. P. 81)

A partir das idéias acima, faz-se a crítica ao corte saussuriano da fala. Para Pêcheux, Saussure, ao excluir a fala, teria destituído simultaneamente a possibilidade de uma lingüística textual e a possibilidade de uma análise científica do sentido dos textos. Em suas formulações, Pêcheux considerou equivocada a representação que o estruturalismo fazia dos níveis inferiores (fonemas, morfemas), porque acreditava que nestes há liberdade, ou pelo menos criatividade. Julgou como sendo falsa esta representação estruturalista se levarmos em consideração os enunciados de um discurso, porque estes poderão ser considerados aceitos ou não em função das condições ideológicas em que são produzidos e recebidos, pois seria a ideologia o fator que leva a considerar as formações sociais, onde a significação não é nem individual

(como na *parole* saussuriana) nem universalmente compartilhada (como na *langue* de Saussure).

A partir de Pêcheux, fez-se a demonstração de que ao situar as unidades do discurso na *parole*, representando-as como criações inteiramente livres, o estruturalismo teria utilizado uma idéia de liberdade individual que não tem nada a ver com a prática social, e que, de fato, se prestava a um papel de mascaramento ideológico.

Foram críticas como essas que foram aos poucos revelando uma face do estruturalismo lingüístico para a qual dificilmente as pessoas teriam atentado décadas antes, quando o movimento se afirmou reagindo aos impasses e aos excessos do historicismo herdado do século XIX. Tais críticas ampliaram a visão lingüística apontando e sugerindo uma maior aproximação entre a lingüística estrutural e outras áreas do conhecimento como a sociologia, a antropologia, a psicanálise e a história, de modo a colocar frente a frente as teorias lingüísticas desenvolvidas dentro dos moldes estruturalistas com outras teorias de cunho social como o marxismo e a psicanálise.

III CONTROLE E DELIMITAÇÃO DOS DISCURSOS NAS FORMAÇÕES SOCIAIS – UM ESTUDO SOBRE A TEORIA DO DISCURSO EM FOUCAULT

Considerando o discurso como modo de existência sócio-histórico da linguagem, busco neste tópico tratar de alguns conceitos relativos à concepção de discurso estabelecida por Foucault, ao propor uma tarefa, que consiste em não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos e representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam e como conjuntos constituídos por unidades discursivas (medicina, política, religião) que formam domínios autônomos e regrados, embora não sejam independentes e estejam em contínua transformação.

Ao admitir o fato de que os discursos são construídos por signos, Foucault diz que o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. Para ele é exatamente este *mais* que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse *mais* que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever.

Foucault, em sua teoria sobre o discurso, realiza uma tentativa de decifrar os textos a fim de desvendar os movimentos secretos do pensamento, revelando sua especificidade no nível das coisas ditas. É através da análise daquilo que ele chama de arquivos, isto é, o domínio das coisas ditas, que o autor acredita ser possível romper algumas amarras forjadas pelo uso da linguagem na sociedade, na busca de verdades escondidas.

Através do estudo de **A ordem do discurso**, buscamos compreender como é feita a tentativa do autor de desvendar a relação entre as práticas discursivas e os poderes que as envolvem. Percebe-se, nesta obra, que

Foucault recorre a diversos procedimentos que limitam e controlam os discursos na sociedade para comprovar que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder de que queremos nos apoderar”. É em torno destas questões e no entendimento de alguns conceitos estabelecidos por Foucault que se desenvolve este capítulo sobre um dos segmentos da teoria do discurso.

3.1 - A formação do discurso

Foucault utiliza o conceito de discurso para se referir aos diferentes modos de se estruturarem áreas do conhecimento e práticas sociais como, por exemplo, o discurso médico, o discurso feminista, o discurso religioso. Para ele, o discurso é formado por um conjunto de enunciados que têm seus princípios de regularidade derivados de uma mesma formação discursiva. Para que se encontrem as regularidades de seu funcionamento, todo discurso deve ser remetido à *formação discursiva* a que pertence. Foucault (2000, p. 43) conceitua formações discursivas da seguinte maneira:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos por convenção, que se trata de uma formação discursiva.

As formações discursivas (FD) são as grandes unidades históricas que os enunciados constituem, como por exemplo: a medicina, a política, a religião, a mídia. Elas não são blocos fechados e estabilizados, são constituídas por práticas discursivas, que determinam os objetos, as modalidades de

enunciação dos sujeitos, os conceitos, as teorias, as escolhas temáticas. As práticas discursivas são definidas por Foucault (2000, p. 136) como:

Um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa.

É necessário atenção para que não se confunda a prática discursiva com a operação expressiva pela qual um indivíduo formula uma idéia, um desejo, uma imagem; nem com a atividade racional que pode ser acionada em um sistema de inferência; nem com a competência de um sujeito quando constrói frases gramaticais.

Considerando os atos ilocutórios – atos enunciativos, atos de fala –, pode-se dizer que esses se inscrevem no interior de algumas formações discursivas e de acordo com um certo regime de verdade, o que significa que sempre obedecem a um conjunto de regras, dadas historicamente, e que afirmam verdades de um tempo. As "coisas ditas", portanto, são radicalmente amarradas às dinâmicas de poder e saber de seu tempo. Daí que o conceito de prática discursiva, para Foucault, não se confunde com a mera expressão de idéias, pensamentos ou formulação de frases. Exercer uma prática discursiva significa falar segundo determinadas regras, e expor as relações que se dão dentro de um discurso.

A FD deve ser entendida como o princípio de dispersão e de repartição, não das formulações, das frases ou das proposições, mas dos enunciados, no sentido de podermos atribuir-lhes, modalidades e particularidades de existência. O termo discurso pode ser fixado como: conjunto de enunciados que se apóia em um mesmo sistema de formação (idem, p.124). Foucault concebe o discurso como uma dispersão, isto é, como sendo formados por

elementos que não estão ligados por nenhum princípio de unidade. Para ele, existem regras que possibilitam a determinação dos elementos que compõem o discurso, denominadas “regras de formação”. Sobre estas, o autor esclarece que:

São as condições a que estão submetidos os elementos constituintes de uma FD (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva (op. cit. p. 43).

E ainda diz que:

As regras de formação têm seu lugar não na “mentalidade” ou na consciência dos indivíduos, mas no próprio discurso; elas se impõem, por conseguinte, segundo um tipo de anonimato uniforme, a todos os indivíduos que tentam falar nesse campo discursivo. Por outro lado, não são consideradas universalmente válidas para todos os domínios indiscriminadamente. São sempre descritas em campos discursivos determinados, e suas possibilidades indefinidas de extensão não são reconhecidas antecipadamente. Pode-se no máximo, por uma comparação sistemática, confrontar, de uma região a outra, as regras de formação dos conceitos (op. cit. p.70).

Vale ressaltar que os elementos que compõem o discurso englobam: os objetos que aparecem, coexistem e se transformam num “espaço comum” discursivo; os conceitos em suas formas de aparecimento e transformação em campo discursivo, relacionados em um sistema comum; os temas e teorias capazes de dar conta de uma FD. Em resumo, tais regras determinam uma FD e se apresentam como um sistema de relações entre objetos, tipos de enunciados, conceitos e estratégias. São elas que caracterizam a FD em sua singularidade e possibilitam a passagem da dispersão para a regularidade. Regularidade que é atingida pela análise dos enunciados que constituem a FD.

3.2 A noção de enunciado em Foucault

Em quase todas as suas formulações sobre o discurso, Foucault refere-se ao enunciado. Discurso como "número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência", ou como "domínio geral de todos os enunciados", "grupo individualizável de enunciados", "prática regulamentada dando conta de um certo número de enunciados" – são algumas delas (FOUCAULT, 2000. p.90 e 135). A idéia contida nas expressões "condições de existência", "domínio", "grupo individualizável" e "prática regulamentada", usadas nas definições anteriores, é básica para entendermos a definição de enunciado como "função de existência", a qual se exerce sobre unidades como a frase, a proposição ou o ato de linguagem. O enunciado em si não constituiria também uma unidade, pois ele se encontra na transversalidade de frases, proposições e atos de linguagem: ele é "sempre um acontecimento, que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente" (op. cit. p. 32); trata-se de "uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que estas apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço" (op. cit. p. 99).

Foucault concebe o enunciado como a unidade elementar, básica, que forma um discurso. Dessa forma, o discurso é então, compreendido como uma família de enunciados pertencentes a uma mesma FD. O autor contrapõe a noção de enunciado à idéia de proposição e de frase, enumerando quatro características constitutivas do enunciado - referencial, sujeito, "campo adjacente" e objeto. Vejamos mais detalhadamente cada uma delas:

O **referencial**, segundo Foucault, não é exatamente um fato, um estado de coisas, nem mesmo um objeto, mas um princípio de diferenciação. Ele forma o lugar e a condição dos indivíduos, dos objetos, das coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado. O referencial define a condição, ou a possibilidade do aparecimento, diferenciação e desaparecimentos dos objetos e relações que são designados pela frase. Relaciona as unidades de signos que podem ser pressuposições ou frases com um domínio ou campo de objetos, possibilitando-as de aparecerem com conteúdos concretos no tempo e no espaço, atribuindo-lhes sentidos, ou valor de verdade.

O **sujeito** para Foucault não é a consciência que fala ou o autor da formulação, mas uma posição que pode ser ocupada, sob certas condições, por indivíduos indiferentes. A relação entre o sujeito e o enunciado é estabelecida no sentido de ocupar esta posição. Foucault situa-se na vertente oposta a uma concepção idealista de sujeito que, interpretado como o fundador do pensamento e do objeto pensado, vê a história como um processo sem ruptura em que os elementos são introduzidos continuamente no tempo concebido como totalização. Critica, dessa forma, uma concepção do sujeito enquanto instância fundadora da linguagem:

Poder-se-ia dizer que o sujeito fundante está encarregado de animar, com suas intenções, as formas várias da língua; é ele que, atravessando a espessura ou a inércia das coisas vazias, reaprende na intuição, o sentido que aí se encontra depositado; é ele que, para além do tempo, funda horizontes de significações que a história não terá senão de explicitar em seguida, e onde as proposições, as ciências, os conjuntos dedutivos encontrarão seu fundamento (FOUCAULT, 1996.p. 47).

Em Foucault, o sujeito tem uma função vazia, um espaço a ser preenchido por diferentes indivíduos que o ocuparão ao formularem o

enunciado. Deve-se assim, rejeitar qualquer concepção unificante de sujeito. O discurso não é atravessado pela unidade do sujeito e sim pela sua dispersão; dispersão decorrente das várias posições possíveis de serem assumidas por ele no discurso; dispersão que reflete a descontinuidade dos planos de onde fala o sujeito que pode, no interior do discurso, assumir diferentes estatutos.

Não é preciso, pois, conceber o sujeito do enunciado como idêntico ao autor da formulação, nem substancialmente, nem funcionalmente. Ele não é na verdade, causa, origem ou ponto de partida do fenômeno da articulação escrita ou oral de uma frase; não é tampouco, a intenção significativa que, invadindo silenciosamente o terreno das palavras, as ordena como o corpo visível de sua instituição; não é o núcleo constante, imóvel e idêntico a si mesmo de uma série de operações que os enunciados, cada um por sua vez, viriam manifestar na superfície do discurso. É um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes; mas esse lugar, em vez de ser definido de uma vez por todas e de se manter uniforme ao longo de um texto, de um livro ou de uma obra, varia – ou melhor – é variável o bastante para poder continuar, idêntico a si mesmo, através de várias frases, bem como para se modificar a cada uma. Esse lugar é uma dimensão que caracteriza toda formulação enquanto enunciado, constituindo um dos traços que pertencem exclusivamente à função enunciativa e a [sic] permite descrevê-la. Se uma proposição uma frase, um conjunto de signos podem ser considerados “enunciados”, não é porque, houve um dia, alguém para proferi-los ou para depositar, em algum lugar, seu traço provisório; mas sim na medida em que pode ser assinalada a posição do sujeito. Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer); mas em determinar qual é a sua posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito (FOUCAULT, 2000. p. 109).

Foucault traça um caminho bem diferente para a compreensão do sujeito: afasta-se desse espaço em que se relacionam sujeitos individuais e invade o espaço de uma relação mais ampla, baseada na noção de dispersão do sujeito. A heterogeneidade discursiva está diretamente ligada a essa dispersão, já que nos discursos sempre se fala de algum lugar, o qual não permanece idêntico:

Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer); mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito (FOUCAULT, 2000.p. 109).

Ao analisar um discurso – mesmo que o documento considerado seja a reprodução de um simples ato de fala individual –, não estamos diante da manifestação de um sujeito, mas sim nos defrontamos com um lugar de sua dispersão e de sua descontinuidade, já que o sujeito da linguagem não é um sujeito em si, idealizado, essencial, origem inarredável do sentido: ele é ao mesmo tempo falante e falado, porque através dele outros ditos se dizem.

Foucault multiplica o sujeito. A pergunta "quem fala?" desdobra-se em muitas outras: qual o status do enunciador? Qual a sua competência? Em que campo de saber se insere? Qual seu lugar institucional? Como seu papel se constitui juridicamente? Como se relaciona hierarquicamente com outros poderes além do seu? Como é realizada sua relação com outros indivíduos no espaço ocupado por ele. Também cabe indagar sobre o "lugar de onde fala", o lugar específico no interior de uma dada instituição, a fonte do discurso daquele falante, e sobre a sua efetiva "posição de sujeito" – suas ações concretas, basicamente como sujeito incitador e produtor de saberes. É assim que se destrói a idéia de discurso como "expressão" de algo, tradução de alguma coisa que estaria em outro lugar, talvez em um sujeito, algo que preexiste à própria palavra.

Esse caráter contraditório do sujeito em Foucault rompe com as concepções idealistas, segundo as quais o Eu seria absolutamente determinado de fora, dominado por um Outro que o constitui. Essa bipolaridade dominou durante muito tempo as Ciências Humanas e dela se encontram vestígios até hoje em alguns discursos, como o da pedagogia, da sociologia e especialmente da militância política. O homem "sujeito da própria história",

capaz de transformar o mundo a partir da tomada de consciência, reúne essas duas concepções: tudo se passaria como se, percebendo a dominação, a força do outro, o sujeito pudesse lutar e chegar, talvez um dia, à condição paradisíaca (e originária) de sujeito uno, pleno de poder. Bem distinta dessa formulação, e fundada principalmente na idéia do conflito, da pluralidade de vozes que se enfrentam nos textos, é a concepção pela qual se introduz a presença do Outro no discurso. Mesmo que inicialmente ela tenha privilegiado certo determinismo, de fora para dentro, na verdade postula algo que, depois de Marx, não nos atrevemos a questionar: o homem é inconcebível fora das relações sociais que o constituem. A filosofia da linguagem, de inspiração marxista, fez a tradução desse postulado, de modo especial com Bakhtin (1929), que trouxe outros conceitos, dentre eles, uma teoria da polifonia, do diálogo, na qual fica entendido que há inúmeras vozes falando num mesmo discurso, seja porque o destinatário está ali também presente, seja porque aquele discurso está referido a muitos outros. Esse duplo cruzamento constituiria, nesse caso, a polifonia discursiva. Certamente essa descentralização do sujeito, implícita na teoria marxista, pertence à mesma episteme, dentro da qual se desenvolveu a psicanálise: o discurso do sujeito, para Freud, estaria sempre marcado pelo seu avesso, no caso, o inconsciente. Dividido, quebrado, descentralizado, o sujeito se definiria por um inevitável embate com o outro que o habita e permanentemente, viveria a busca ilusória de tornar-se um. A linguagem seria a manifestação dessa busca, lugar em que o homem imagina constituir e expor sua própria unidade. Ao contemplar a tensão entre o Eu e o Outro, nos discursos, Foucault traça um caminho bem diferente para a compreensão do sujeito: afasta-se desse espaço em que se

relacionam sujeitos individuais e invade o espaço de uma relação mais ampla, baseada na noção de dispersão do sujeito. A heterogeneidade discursiva está diretamente ligada a essa dispersão, já que nos discursos sempre se fala de algum lugar, o qual não permanece idêntico: falo e, ao mesmo tempo, sou falado; enuncio individualmente, de forma concreta, constituindo-me provisoriamente um, ambicionando jamais cindir-me, porém a cada fala minha posiciono-me distintamente, porque estou falando ora de um lugar, ora de outro, e nesses lugares há interditos, lutas, modos de existir, dentro dos quais me situo, deixando-me ser falado e, ao mesmo tempo, afirmando de alguma forma minha integridade. Foucault multiplica o sujeito ao negar a possibilidade de haver nos discursos um sujeito original, o qual seria, então, a sua fonte. O discurso atesta, antes, a dispersão desse sujeito, que nele aparece como uma posição, funções vazias prontas a serem ocupadas. São os discursos, diz, práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam, as quais, por serem dinâmicas, assim como a FD, modificam-se e modificam os domínios a que pertencem.

Sobre a existência do “**campo adjacente**” ou “espaço colateral” não é o contexto real da formulação, a situação na qual foi articulada, mas um domínio de coexistência para outros enunciados. Significa que em um espaço discursivo, um enunciado passa a coexistir com outros, havendo a associação e integração de um conjunto de enunciados, já que ao contrário de uma frase ou proposição não existe um enunciado isoladamente. A esse respeito, Foucault (2000, p. 114) diz que:

[não há] enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja. [...] Não há

enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências.

A característica do enunciado enquanto **objeto** serve para caracterizar a materialidade específica do enunciado, por tratar de coisas ditas, escritas, gravadas em algum tipo de material, passíveis de repetição ou reprodução, ativadas através de técnicas, práticas e relações sociais. Porém, essa materialidade a qual Foucault se refere não é apenas a substância ou o suporte da articulação, mas um *status*, regras de transição, possibilidades de uso ou de reutilização. Neste momento cabe ressaltar a distinção que Foucault (op. cit. p. 116-117) faz entre enunciado e enunciação:

Há enunciação toda vez que um conjunto de signos for emitido. Cada uma dessas articulações tem sua individualidade espaço-temporal. (...) Um único e mesmo sujeito pode repetir várias vezes a mesma frase; haverá igual número de enunciações distintas no tempo. A enunciação é um acontecimento que não se repete; tem uma singularidade situada e datada que não se pode reduzir. (...) O enunciado não pode ser reduzido a esse simples fato da enunciação, pois ele pode ser repetido apesar da sua materialidade.

A enunciação se dá toda vez que é emitido um conjunto de signos. Enquanto que esta se marca pela singularidade, pois jamais se repete, o enunciado pode ser repetido. Hipoteticamente, enunciações diferentes podem encerrar o mesmo enunciado. No entanto, como a repetição de um enunciado depende de sua materialidade que é de ordem institucional, isto é, depende de sua localização em um campo institucional, uma frase dita cotidianamente, inserida num romance ou inscrita num outro tipo qualquer de texto, jamais será o mesmo enunciado, pois em cada um desses espaços, possui uma função enunciativa diferente.

Descrever um enunciado, portanto, é dar conta dessas especificidades, é apreendê-lo como acontecimento, como algo que irrompe

num certo tempo, num certo lugar. O que permitirá situar um emaranhado de enunciados numa certa organização é justamente o fato de eles pertencerem a uma certa formação discursiva, ou em outras palavras a um sistema de formação, compreendido por Foucault como:

um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou qual objeto, para que empregue tal ou qual enunciação, para que utilize tal conceito, para que organize tal ou qual estratégia. Definir em sua individualidade singular um sistema de formação é, assim, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática. (op. cit. p.82)

Se, ao demarcarmos uma formação discursiva, revelamos algo dos enunciados, quando descrevemos enunciados procedemos à individualização de uma formação discursiva. Portanto, como escreve Foucault, "a análise do enunciado e da formação discursiva são estabelecidas correlativamente", porque "a lei dos enunciados e o fato de pertencerem à formação discursiva constituem uma única e mesma coisa" (op. cit. p.135).

3.3 – O discurso como espaço da disputa ideológica

A conceituação de discurso como prática social, exposta em **A ordem do discurso**, sublinha a idéia de que o discurso sempre se produziria em razão de relações de poder. Nos chama a atenção o fato de que desde o início de suas investigações, Foucault já demonstrava indícios de sua preocupação com o condicionamento duplo e mútuo entre as práticas discursivas e não discursivas. Essa preocupação aparece sob forma de reflexão sobre o trabalho realizado em **A arqueologia do saber** e sobre projetos futuros:

gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o

intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. (...) não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 1986, p.56)

Na verdade, tudo é prática em Foucault. E tudo está imerso em relações de poder e saber, que se implicam mutuamente, ou seja, enunciados e visibilidades, textos e instituições, falar e ver constituem práticas sociais por definição permanentemente presas, amarradas às relações de poder, que as supõem e as atualizam. Nesse sentido, o discurso ultrapassa a simples referência a "coisas", existe para além da mera utilização de letras, palavras e frases, não pode ser entendido como um fenômeno de mera "expressão" de algo: apresenta regularidades intrínsecas a si mesmo, através das quais é possível definir uma rede conceitual que lhe é própria. É a esse "mais" que o autor se refere, sugerindo que seja descrito e apanhado a partir do próprio discurso, até porque as regras de formação dos conceitos, segundo Foucault, não residem na mentalidade nem na consciência dos indivíduos; pelo contrário, elas estão no próprio discurso e se impõem a todos aqueles que falam ou tentam falar dentro de um determinado campo discursivo (op. cit. p.70).

A partir dos conceitos desenvolvidos por Foucault acerca do discurso, este passa a ser compreendido como um jogo estratégico e polêmico de ação e reação, de pergunta e resposta, de dominação e esquiva, enfim, um palco de lutas de naturezas diversas. No desenvolvimento de sua teoria do discurso, Foucault parte da seguinte hipótese:

Em toda sociedade, a produção de discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (op. cit. p.9).

O que nos lembra ele é que o discurso vive a exclusão, sofre interdições, e daí surge a sua regulação. Não se tem o direito de dizer tudo, afirma, assim como não se pode falar de qualquer lugar, a respeito de qualquer coisa. O discurso é, portanto, o resultado de uma espécie de embate entre os sujeitos e os saberes; e a verdade, a unicidade, o sentido e seu reconhecimento não estão em algum lugar, prontos a colar-se ao discurso, mas se produzem nele (e por ele). Para Foucault o discurso vive numa dinâmica entre o desejo e o poder.

Imaginava-se, inicialmente, que as regras e os princípios que regulavam a formação de conceitos estavam no próprio sujeito, e este os extravasava no processo enunciatório. A subjetividade dos indivíduos seria, assim, a matriz geradora de idéias, conceitos, valores. Segundo Foucault, o que acontece é totalmente o contrário, ou seja, é o discurso que constitui a fonte do sentido e o lugar da dispersão do sujeito. Ele cita como exemplo o discurso médico do século XIX que é determinado por um feixe de relações, em constante jogo e orientado pelo “status” do médico, pela ocupação do seu lugar institucional, assim como pelo seu posicionamento como sujeito que percebe, observa, descreve, enfim, prescreve o que deve ser feito.

A verdade não existe fora do poder ou sem poder. Ela é produzida no mundo graças às múltiplas coerções e nele produz efeitos de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros.

O discurso é tomado como um espaço em que o saber e o poder se articulam, tornando-se uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza. A legitimação de um determinado tipo de discurso se faz de modo a se considerar o fato de que, quem fala, fala de algum lugar, e a partir de um direito reconhecido institucionalmente. Este fato é que irá definir e reconhecer a verdade e o valor imbuído no discurso, permitindo-lhe veicular o saber e gerar o poder. A produção desse discurso, que passa por verdadeiro, que veicula saber, e que é gerador de poder, é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos procedimentos que têm por função eliminar toda e qualquer ameaça à permanência desse poder. Sobre a atribuição da verdade a um discurso Foucault (1996, p. 35) diz que:

É sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma 'polícia' discursiva que devemos reativar em cada um dos nossos discursos.

Para o autor, as formações discursivas têm suas regras, construindo redes de significação transitórias na subjetividade das pessoas. Quando uma nova formação aparece, com novas regras, nunca é de um só golpe, numa frase ou numa criação, mas em "fragmentos", com a sobrevivência, o deslocamento, a reativação de antigos elementos que subsistem sob as novas regras. São elas que, ao mesmo tempo, liberam e restringem o campo e as condições de funcionamento do discurso. Sendo assim, não se pode dizer qualquer coisa em qualquer lugar ou em qualquer tempo. Existem, diríamos assim, regras de uso do discurso que estão afetas à questão da autoria, do lugar de que se fala e onde se fala, com quem se fala, quando se fala.

Segundo Foucault, ninguém entrará em uma ordem qualquer do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. Para ele, nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes), enquanto outras parecem quase abertas a todos, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala.

Ao realizar a análise da articulação da ideologia com o discurso, dois conceitos fundamentais devem ser colocados: o de formação ideológica (FI) e o de formação discursiva (FD). Em busca de explicações mais claras e diretas sobre as formações ideológicas, recorro a Fiorin que em seu livro **Linguagem e Ideologia** (2000) define FI como um conjunto de representações e de idéias que revela a visão de mundo de uma determinada classe social. A FI impõe o que pensa e se materializa nas formações discursivas. Isto implica dizer que a cada FI corresponde uma FD. Em outras palavras, há numa formação social, tantas formações discursivas quantas forem as formações ideológicas.

A formação ideológica tem necessariamente como um de seus componentes uma ou várias formações discursivas interligadas. Isso significa que os discursos são governados por formações ideológicas. Sendo assim, pode-se afirmar que são as formações discursivas que, em uma formação ideológica específica e levando em conta uma relação de classe, determinam “o que pode, e/ou deve ser dito” a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada.

A noção de FD, concebida por Foucault, demonstra que é no interior de uma formação social (FS) que se estabelecem relações de classe, muitas vezes caracterizadas pelo afrontamento de posições políticas e ideológicas que se organizam de forma a entreter entre si relações de aliança, de antagonismo

ou de dominação. Essa organização de posições políticas e ideológicas é que constitui as formações ideológicas.

Sendo o discurso formado por trocas enunciativas, e também um espaço heterogêneo de reprodução e de conflito, admite-se então, ser as relações interdiscursivas um tanto contratuais e polêmicas, definidas por coerções sociais e ideológicas.

Para analisar os discursos, segundo a perspectiva de Foucault, precisamos antes de tudo recusar as explicações unívocas, as fáceis interpretações e igualmente a busca insistente do sentido último ou do sentido oculto das coisas – práticas bastante comuns quando se fala em fazer o estudo de um "discurso". Para Michel Foucault, é preciso ficar (ou tentar ficar) simplesmente no nível de existência das palavras, das coisas ditas. Isso significa que é preciso trabalhar arduamente com o próprio discurso, deixando-o aparecer na complexidade que lhe é peculiar. E a primeira tarefa para chegar a isso é tentar desprender-se de um longo e eficaz aprendizado que ainda nos faz olhar os discursos apenas como um conjunto de signos, como significantes que se referem a determinados conteúdos, carregando tal ou qual significado, quase sempre oculto, dissimulado, distorcido, intencionalmente deturpado, cheio de "reais" intenções, conteúdos e representações, escondidos nos e pelos textos, não imediatamente visíveis. É como se no interior de cada discurso, ou num tempo anterior a ele, se pudesse encontrar, intocada, a verdade, desperta então pelo estudioso. Para Foucault, nada há por trás das cortinas, nem sob o chão que pisamos. Há enunciados e relações, que o próprio discurso põe em funcionamento. Analisar o discurso seria dar conta

exatamente disso: de relações históricas, de práticas muito concretas, que estão "vivas" nos discursos.

Procurei, neste capítulo, expor a teoria de Foucault sobre o discurso, demonstrando de que modo o autor ensina aos pesquisadores um modo de investigar não "o que está por trás dos enunciados, nem "o que se queria dizer" com aquilo, mas sim descrever quais são as condições de existência de um determinado discurso, enunciado ou conjunto de enunciados. Suspendendo continuidades, acolhendo cada momento do discurso e tratando-o no jogo de relações em que está imerso, é possível levantar um conjunto de enunciados efetivos, em sua singularidade de acontecimentos raros, dispersos e dispersivos e indagar: afinal, por que essa singularidade acontece ali, naquele lugar, e não em outras condições?

Em síntese, partindo da hipótese de que não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época, o que se pode concluir, a partir de Foucault, é que um determinado objeto (como um conjunto de enunciações, por exemplo) existe sob condições "positivas", na dinâmica de um feixe de relações, e que há condições de aparecimento histórico de um determinado discurso, relativas às formações não discursivas (instituições, processos sociais e econômicos). Tudo isso pode ser apreendido e descrito a partir dos próprios enunciados; a partir deles, é possível destacar as regras pelas quais o jogo de relações entre o discursivo e o não discursivo, em uma determinada época, fazem aparecer tal objeto, e não outro.

A compreensão da temporalidade dos discursos, talvez, possa deixar um pouco mais clara a preocupação de Foucault com a "raridade" não só dos enunciados, mas dos próprios fatos humanos. O convite de Foucault é que,

através da investigação dos discursos, nos defrontemos com nossa história ou nosso passado, aceitando pensar de outra forma algo que é evidente.

IV DISCUSO E MÍDIA

Segundo Corrêa (2002, p. 14), constantemente acreditamos tomar contato com as coisas que através de diferentes formas de linguagem a nós se apresentam. Na maioria das vezes não nos damos conta de que, de fato, não estamos em contato direto com as coisas, mas sim com os símbolos que representam tais coisas. Temos uma tendência a atribuir um caráter natural à relação linguagem/mundo e para a conseqüente vinculação entre as palavras e as coisas. É comum que se pratique a linguagem como se ela estivesse sujeita a um automatismo natural, o que na realidade não se comprova, isto é, o sentido produzido pelos símbolos que constituem um determinado tipo de linguagem não depende de um código natural, de modo que a compreensão entre as pessoas não se dá de uma maneira automática. A atribuição de significado às palavras, por exemplo, no caso da linguagem verbal, embora seja convencional, em muitas das situações de usos da linguagem, os aspectos culturais atuam como determinantes no processo de construção de sentido de um dado enunciado. É a partir do uso de símbolos que se instaura o caráter representativo da linguagem, ato que nos coloca em contato com a representação simbólica das coisas do mundo e não em contato direto com as coisas em si, como muitas das vezes acreditamos.

Corrêa (op. cit., p. 15) nos mostra que nem sempre notamos a natureza simbólica dos produtos da cultura, quando nos deparamos com uma capa de revista nas bancas de jornal, admiramos a arquitetura de um prédio ou o traçado de uma rodovia, a engenhosidade do roteiro de um filme, a diagramação de uma página de jornal, um jardim mal cuidado, enfim, de tudo aquilo que de alguma forma se apresenta aos sentidos humanos, transmitindo

algum tipo de mensagem. Em diferentes formas de manifestação, a linguagem se apresenta como uma forma de representação simbólica, capaz de transmitir mensagens oriundas de complexas relações de poder que regulam as atividades de produção e reprodução de diferentes tipos de discursos. A apreensão das mensagens transmitidas por estes símbolos quase nunca se dá de forma inteiramente consciente, e só lhe é possível a atribuição de um sentido pelo fato de os indivíduos estarem inseridos em um dada prática social ao estabelecer contato com algumas dessas manifestações.

Embora o trabalho humano de significar se apóie em estruturas convencionadas, a inscrição simbólica é sempre culturalmente estabelecida porque depende de uma estreita relação entre um fazer, um fenômeno natural e o significado que se atribui a eles. O trabalho do homem em seu ato de significar envolve, além dos aspectos sensoriais, uma intervenção cognitiva que ordena seus conhecimentos dispersos em torno de um rótulo. Inegável é a participação de fatores de ordem sociocultural como sendo determinantes no processo de construção de sentidos, processo este, que, além de ser socioculturalmente elaborado, é também historicamente determinado.

A perspectiva que a pragmática abriu para os estudos lingüísticos sepultou de vez a separação entre o plano estrutural e o sociocultural e ideológico. Passa-se a entender, então, que não é a língua que significa, isto é, o sentido não está apenas nas palavras, mas também nos sujeitos que as utilizam e nas circunstâncias em que são utilizadas.

Segundo Thompson (1998, p. 38-39), o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa criou aquilo que poderíamos chamar de “mundanidade mediada”:

Nossa compreensão do mundo fora do alcance de nossa experiência pessoal, e de nosso lugar dentro dele, está sendo modelada cada vez mais pela mediação de formas simbólicas. Esta difusão dos produtos da mídia nos permite um certo sentido a experiência de eventos, a investigação de outros, e em geral, o conhecimento de um mundo que se amplia para muito além de nossos encontros diários. (...) Tão profunda é a medida em que nossa compreensão do mundo foi modelada pelos produtos da mídia, de modo que nossa experiência vivida é precedida por uma série de idéias preconcebidas derivadas, pelo menos em parte, das palavras e imagens transmitidas pela mídia.

Para Thompson (op. cit.), o desenvolvimento dos meios de comunicação modificou o sentido de pertencimento dos indivíduos a grupos e a comunidades a que eles sentem pertencer. Assim, à medida que nossa compreensão se torna cada vez mais dependente da mediação das formas simbólicas, e vai se alimentando dos produtos da mídia, ela também vai sendo alterada, formando pessoas, grupos e sociedades mediadas. É nesse sentido que a linguagem atua fundamentalmente, construindo discursos característicos de cada comunidade e produto midiáticos.

Em sua Teoria Social da Mídia, Thompson insiste na importância de pensar nos meios de comunicação em relação aos contextos sociais práticos, nos quais os indivíduos produzem e recebem as formas simbólicas mediadas. Para ele, o esquecimento destes contextos sociais implicará em lacunas, pois formas culturais significativas se constroem a partir de textos, desde os filmes e programas televisivos aos anúncios publicitários e de diversão. Sendo assim, tais fenômenos culturais devem ser analisados de forma sistemática e detalhada, atentando para as condições sob as quais eles foram produzidos e recebidos. Não devem ser analisados apenas em si e por si mesmos, sem referência aos objetivos e recursos daqueles que os produzem, e às maneiras em que são usados e entendidos por aqueles que os recebem. Os produtores e receptores não devem ser perdidos de vista, enquanto o analista ou crítico se

detém na forma cultural que é, um tanto artificialmente, abstraída de seu contexto de produção, circulação e recepção. O que não quer dizer necessariamente que os receptores dos produtos da mídia venham a ser consumidores passivos. De acordo com Thompson (op. cit., p. 42):

A recepção dos produtos da mídia é um processo mais ativo e criativo do que o mito do assistente passivo sugere. O sentido que os indivíduos dão a cada produto da mídia varia de acordo com a formação e as condições sociais de cada um, de tal maneira que a mesma mensagem pode ser entendida de várias maneiras em diferentes contextos.

A apropriação das formas simbólicas, mais especificamente, das mensagens transmitidas pelos produtos da mídia, é um processo que pode se estender muito além do contexto inicial da atividade de recepção, pois é um processo criativo e ativo no qual o receptor inclui uma série de expectativas de cunho social, cultural ou histórico, para apoiar a mensagem que ele procura entender. Uma vez que a interpretação das formas simbólicas exige uma contribuição ativa do receptor, que traz uma estrutura pessoal de apoio à mensagem, segue-se que as maneiras de compreender os produtos da mídia variam de um indivíduo para outro. Assim, o “significado” de uma mensagem transmitida pela mídia não é um fenômeno estático, e deve ser visto como fenômeno complexo e mutável, continuamente renovado pelo próprio processo de recepção, interpretação e atribuição de sentidos.

A questão é a seguinte: será possível a existência de um ponto de convergência de sistemas discursivos e midiáticos? Acreditamos neste ponto de encontro, pois a presença de um sujeito produtor e um sujeito receptor seja de discurso, seja de produto material é um fato, logo, a elaboração e a produção dos elementos em questão não podem ignorar a existência dos

sujeitos envolvidos no processo de emissão e recepção dos bens culturais que se constroem também a partir de discursos.

Tomemos como um exemplo concreto desse processo de produção, emissão e recepção dos bens culturais um bem de consumo, a princípio um simples, inofensivo e necessário eletrodoméstico, hoje, completamente indispensável nas casas de quase todas as famílias no mundo – a geladeira. Ora, antes da investida publicitária, a geladeira não passava de mais um bem de consumo; contudo, a explosão da publicidade passou a incorporar um sentido mais complexo aos produtos, que chamaríamos aqui de “sentido cultural”, responsável por atribuir valores simbólicos ao produto, interferindo diretamente na sua imagem prática e utilitária. Assumindo, neste momento, uma postura talvez um tanto radical, utilizamo-nos de um excerto extraído de um artigo sobre consumismo, por Frei Beto (s.d). Nele, lemos sobre Carlinhos Brown, músico brasileiro, responsável pela manutenção de uma obra social no Candeal em Salvador. Ao relatar sua infância, vivida ali na pobreza, lembra que não conheceu a fome, pois havia sempre um pouco de farinha, feijão, hortaliças e frutas. Dentro de sua realidade, Brown afirma (ou acusa) que na maioria dos lares brasileiros, principalmente naqueles considerados de classe média baixa ou baixa apenas, “o que trouxe a fome foi a geladeira” (BROWN apud FREI BETO, s.d.) O eletrodoméstico, por meio do discurso publicitário que o toma como objeto, constrói idéias, símbolos, imagens, verdadeiros mitos que impõem à família a necessidade do supérfluo: refrigerantes, sorvetes, congelados etc.

Exemplos como este nos leva a admitir a idéia de que uma cultura industrial centrada na economia de mercado e no lucro nos submete ao

consumo de símbolos. O valor simbólico da mercadoria figura acima de sua utilidade. É diante desse valor simbólico adquirido por diferentes tipos de mercadorias que o discurso assume preponderante função enquanto estatuto legitimador de valores. Assim, antes de adquirirmos o produto em si, é o seu discurso que vem à frente, informando, construindo sua imagem, e persuadindo-nos. Consumimos primeiro um discurso, e junto com ele, um produto.

Segundo Cremilda Medina (1998, p. 16), tendo o homem vencido suas limitações em relação ao tempo e ao espaço, sua vitória é atribuída aos adventos tecnológicos que veiculam a informação. Os avanços tecnológicos fazem parte das necessidades de industrialização, e a informação é decorrência normal do sistema econômico que está na base. Devido a isto, a informação, a publicidade, a arte e a cultura tornam-se produtos de uma indústria cultural, dentro de um sistema econômico:

O jornalismo nos meios gráficos e eletrônicos, o cinema e a televisão nos programas de lazer, todos os recursos técnicos de reprodução e divulgação de informação são jogados no quadro da comunicação de massa. E não é mais possível discorrer sobre a mensagem jornalística como um dado isolado desta realidade (MEDINA, 1988, p. 16).

Será este enfoque sociocultural, histórico e ideológico que daremos nas páginas que se seguem, refletindo sobre o discurso construído a partir da indústria cultural e sua utilização pela produção da cultural de massa.

4.1 A linguagem como fenômeno resultante da interação social

Os estudos lingüísticos – ao atingir domínios mais amplos, pautados por uma posição externalista a respeito da linguagem, ou seja, passando a se

ocupar não apenas do tipo de sistema que ela é, mas do modo através do qual ela se relaciona com seu exterior –, estabeleceram uma nova forma de percepção para o seu funcionamento. Deste modo a linguagem passou a ser compreendida também através da sua relação com o mundo, com as condições múltiplas e heterogêneas de sua constituição e suas formas de uso. Nesse sentido, ela passa a estar diretamente ligada às diferentes formas de interação, ou seja, o uso da linguagem passa a ser visto como uma forma de ação e prática, que envolve sujeitos que estabelecem diferentes tipos de relações e formam diferentes tipos de sociedade.

A respeito da noção de interacionismo, Edwiges Maria Morato (2005) diz que mesmo quando concebido de maneira vaga e imprecisa, o interacionismo tem sido peça importante para a compreensão das contigências e vicissitudes do debate internalismoXexternalismo no campo da Lingüística, ajudando a estabelecer epistemologicamente as relações entre linguagem e exterioridade.

Se tomarmos como foco de análise um conhecido postulado interacionista, segundo o qual “toda ação humana procede de interação”, logo podemos compreender a linguagem como sendo um fenômeno que mantém uma intrínseca relação com o social. O próprio ser humano, pelo fato de possuir uma natureza social, não se permite escapar à interação que se apresenta mediante àquilo que aqui denominamos prática social. Esta por sua vez implica em vários processos de naturezas diversas (psicológicas, contextuais, culturais, interpessoais etc) onde a linguagem está imersa, trazendo a tona os aspectos subjetivos e variáveis da língua e seu funcionamento, bem como as condições materiais, psíquicas e ideológicas de produção e interpretação da significação. Segundo Morato (2005, p.317):

A linguagem, entendida como atividade constitutiva do conhecimento humano, não é apenas estruturada pelas circunstâncias e referências do mundo social; é ao mesmo tempo estruturante do nosso conhecimento e extensão (simbólica) de nossa ação sobre o mundo.

Compreendemos então a linguagem como uma forma de ação humana que nos permite interpretar, representar, influenciar, transformar as coisas do mundo. Para a autora é nesta relação dialética de interioridade-externalidade que a linguagem encontra na significação sua função principal. Com isso, reconhece-se que a língua não é só signo, é ação, é troca e trabalho coletivo dos falantes, não apenas um intermediário entre o nosso pensamento e o mundo.

Entre os teóricos que introduzem uma concepção histórico-discursiva de sujeito e da afirmação de uma ordem social na qual se inscreve a linguagem, vista a partir de uma perspectiva dialógica, destaca-se Mikhail Bakhtin (1895-1975). O autor vincula as interações verbais às interações sociais mais amplas relacionando a significação às situações enunciativas, aos processos dialógicos, aos gêneros discursivos, e à dimensão estilística dos gêneros. Na perspectiva bakhtiniana, a interação verbal é a realidade fundamental da língua, e o discurso o modo pelo qual os sujeitos produzem essa interação, um modo de produção social da língua. Essa concepção dialógico-discursiva de interação desenvolvida por Bakhtin parte de suas condições materiais de produção e leva em conta fatores de significação verbais e não-verbais concebidos discursivamente, isto é, constituído a partir dos mecanismos e das condições de produção que os mobilizam. Para Bakhtin, a língua “constitui um processo de evolução ininterrupto, que se realiza através da interação verbal social dos locutores” e o produto dessa interação, a enunciação, tem “uma

estrutura puramente social, dada pela situação histórica mais imediata em que se encontram os interlocutores” (Bakhtin, 1998, p. 127).

João Wanderley Geraldi (1991), em *Portos de Passagem*, dedica um capítulo à análise da metodologia bakhtiniana proposta para o estudo da linguagem, realizando uma síntese da perspectiva dialética do autor, que por sua vez insiste em considerar o espaço no qual se dão as interações entre os sujeitos:

Os sujeitos se constituem como tais à medida que interagem com os outros, sua consciência e seu conhecimento de mundo resultam como “produto deste mesmo processo. Neste sentido, o sujeito é social já que a linguagem não é o trabalho de um artesão, mas trabalho social e histórico seu e dos outros e é para os outros e com os outros que ela se constitui (...) As interações não se dão fora de um contexto social e histórico mais amplo; na verdade, elas se tornam possíveis enquanto acontecimentos singulares, no interior e nos limites de uma determinada formação social, sofrendo as interferências, os controles e as seleções impostas por esta. Também não são, em relação a estas condições, inocentes. São produtivas e históricas, e como tais, acontecendo no interior e nos limites do social, constroem por sua vez limites novos (Geraldi, 1991. p. 6).

Como podemos observar, a concepção de social neste momento ultrapassa o que acontece no âmbito meramente interpessoal, ultrapassa o contexto imediato e local de produção da significação, ultrapassa o conceito psicológico de sujeito, voltando-se para os mecanismos de constituição e determinação das condutas humanas, por sua vez baseados nas condições materiais e ideológicas de vida em sociedade.

Bakhtin formulou uma noção a respeito da dicotomia existente entre o interno (a cognição, a consciência, a vida mental) e o externo (o ato de expressão, a enunciação). Tal noção o autor denomina dialogismo e se apresenta da seguinte maneira:

O centro organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é o interior, mas exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo (...) A enunciação enquanto tal é um puro produto da interação social, quer se trate de um ato de fala determinado pela

situação imediata ou pelo contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições de vida de uma determinada comunidade lingüística (BAKHTIN, 1998, p. 107).

Ao que tudo indica, o processo de significação é um produto das interações sociais e não apenas de uma estrutura isolada e individual. Assim, a linguagem passa a ser vista como uma construção social e não individual.

Koch (2001, p. 66) defende uma concepção de linguagem como:

inter-ação, ação inter-individual e, portanto, social. Por meio dela realizam-se, no interior de situações sociais, ações lingüísticas que modificam tais situações, através da produção de enunciados dotados de sentidos e organizados de acordo com a gramática de uma língua (ou variedade de língua).

Diante da perspectiva interacionista trabalhada neste capítulo podemos afirmar que a linguagem não está ligada à ação ou ao outro, ela é a ação. Ela incorpora o outro e as circunstâncias sociais da interação como seus elementos constitutivos estabelecendo-se então como um fenômeno social que se concretiza na linguagem em ação apresentada nos discursos circundantes como veremos a seguir.

4.2 O discurso como prática social

A tese fundamental de Marx e Engels sobre a linguagem é a de que esta é essencialmente um fenômeno social. Abordada pela primeira vez em *Ideologia Alemã* (MARX E ENGELS, 1987), a concepção de linguagem de Marx é inseparável de sua concepção materialista da história. Para ele duas condições são fundamentais para o desenvolvimento histórico dos homens: a produção material de sua própria vida no trabalho e a produção da vida alheia pela procriação. Tanto uma quanto outra aparecem ao mesmo tempo como

relações sociais – no sentido de que se dão como fruto de cooperação de vários indivíduos – e como relações naturais – na medida em que são guiadas por necessidades biológicas. Isto é, para existir, o homem precisa, junto com outros homens, produzir os meios de satisfação de suas necessidades primárias (comer, beber, ter habitação, vestir-se etc) e secundárias (novas necessidades produzidas pela satisfação das primeiras). Além disso, ele precisa renovar sua vida através da procriação: criar famílias. São estes os requisitos que, segundo Marx, precedem a consciência. Esta não surge do nada, por concessão divina. Ela é produzida, já que para Marx e Engels, ela surge como necessidade de os homens manterem intercâmbio a fim de produzirem a vida. A consciência também não é pura. Por um lado, a consciência é, antes de mais nada, a consciência do imediato, “do meio sensível mais próximo e consciência da conexão limitada com outras pessoas e coisas situadas fora do indivíduo que se torna consciente” (MARX e ENGELS, 1987). Por outro lado, ela se exterioriza (ela é exteriorização) através da linguagem (seu substrato material).

Para Marx e Engels, há entre a consciência e a linguagem uma relação dialética. O que significa que a linguagem não é a consciência (e vice-versa), uma não se reduz a outra. Porém, as duas se implicam mutuamente, não podem ser pensadas uma sem a outra. Daí que a linguagem, assim como a consciência, é de natureza essencialmente social, “existe para os outros homens e, portanto, existe também para mim mesmo” (Marx e Engels, 1987), pois nasce da necessidade de interação (trabalho, comércio, troca) entre os homens.

Respirando nessa atmosfera tomada pelo espaço do marxismo e da política, e partilhando convicções sobre a luta de classes, a história e o movimento social, alguns pesquisadores, dentre eles Michel Pêcheux e Jean Dubois inscreveram um novo objetivo, desta vez, mais social, político e ideológico para os estudos lingüísticos, impulsionando assim o projeto da Análise do Discurso.

Em **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado** (1974), o filósofo Althusser, fazendo uma releitura de Marx, distingue uma “teoria das ideologias particulares”, que exprimem posições de classes, de uma “teoria da ideologia geral”, que permitiria evidenciar o mecanismo responsável pela reprodução das relações de produção, comum a todas as ideologias particulares. Para este autor é como se existissem mecanismos amplos, capazes de fazerem os indivíduos pensarem o que pensam, e agirem como agem. Neste ponto, a visão althusseriana focaliza a materialização da linguagem.

Althusser, ao propor-se a investigar o que determina as condições de reprodução social, parte do pressuposto de que as ideologias têm existência material, ou seja, devem ser estudadas não como idéias, mas como um conjunto de práticas materiais que reproduzem as relações de produção (Cf. MUSSALIM, 2001). Trata-se do materialismo histórico, um tipo de crença que concebe a ideologia como um conjunto de práticas materiais que reproduzem as relações de produção. O materialismo histórico enfatiza a materialidade da existência, de modo que “o objeto real (tanto no domínio das ciências como no da história) existe independente do fato de que ele seja conhecido ou não, isto é, independente da produção ou não produção do objeto do conhecimento que lhe corresponde” (PÊCHEUX, 1975, p. 74).

Tomando como exemplo o modelo econômico do capitalismo, as relações de produção implicam divisão de trabalho entre aqueles que são donos do capital e aqueles que vendem a mão de obra. Na metáfora marxista do edifício social, a base econômica é a chamada infra-estrutura, e as instâncias político-jurídicas e ideológicas são denominadas superestruturas. Valendo-se dessa metáfora, Althusser levanta a necessidade de se considerar que a infra-estrutura determina o funcionamento das instâncias político-jurídicas e ideológicas de uma sociedade. A ideologia – parte da superestrutura do edifício –, portanto, só pode ser concebida como uma reprodução do modo de produção, uma vez que é por ele determinada. Ao mesmo tempo em que parte da superestrutura em direção a infra-estrutura, a ideologia acaba por perpetuar a base econômica que a sustenta, ou seja, a infra-estrutura determina a superestrutura e é ao mesmo tempo perpetuada por ela, construindo um trajeto cíclico.

Em suma, o conceito de ideologia proposto por Althusser apresenta a idéia de que para manter sua dominação, a classe dominante gera mecanismos de perpetuação ou de reprodução das condições materiais, ideológicas e políticas de exploração, enquadrando-se nesse eixo, o Estado, que através de seus Aparelhos Repressores – ARE (o governo, a administração, o exército, a polícia, os tribunais etc) e Aparelhos Ideológicos – AIE (religião, escola, família, universidade, sindicato) intervém, ou pela repressão, ou pela ideologia, tentando forçar a classe dominada a submeter-se às relações e condições de exploração.

Pela maneira como se estruturam e agem esses aparelhos ideológicos – por meio de suas práticas e de seus discursos – é que se pode depreender

como funciona a ideologia. Sendo assim a ideologia representa a relação imaginária de indivíduos com suas reais condições de existência. Com esta tese, Althusser se opõe à concepção simplista de ideologia como representação mecânica (ou mimética) da realidade.

Pela mesma via, Helena Nagamine Brandão (1998) diz que o problema da ideologia em Althusser se apresenta da seguinte forma:

A ideologia é a maneira pela qual os homens vivem sua relação com as condições reais de existência, e esta relação é necessariamente imaginária. (...) O imaginário é o modo através do qual o homem atua, relaciona-se com as condições reais de vida (BRANDÃO, 1998, p. 22-23).

Se o homem produz, cria formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta, isto supõe um distanciamento da realidade.

Este distanciamento pode ser:

a causa para a transposição e para a deformação imaginária das condições de existência reais do homem, em outras palavras, para a alienação através do imaginário da representação das condições de existência dos homens (ALTHUSSER, 1974, p. 80).

Ao considerar que é através de suas práticas e discursos que a ideologia se apresenta na sociedade ao interpelar indivíduos como sujeitos, o uso da linguagem aparece então como um horizonte para o projeto althusseriano da seguinte maneira: como a ideologia deve ser estudada em sua materialidade, a linguagem se apresenta como o lugar privilegiado em que a ideologia se materializa. A linguagem se coloca para Althusser como uma via por meio da qual se pode depreender o funcionamento da ideologia. Diante dessa noção, Brandão (op. cit.) afirma que toda ideologia tem por função constituir indivíduos concretos em sujeitos. Nesse processo de constituição, a interpelação e o (re) conhecimento exercem papel importante no funcionamento da ideologia. Portanto, é através dos mecanismos citados por Brandão (op. cit.) –

constituição, interpelação e (re) conhecimento dos indivíduos que a ideologia funciona nos rituais materiais da vida cotidiana e opera a transformação dos indivíduos em sujeitos. O reconhecimento se dá no momento em que o sujeito se insere a si mesmo e as suas ações, em práticas reguladas pelos aparelhos ideológicos. Como categoria constitutiva da ideologia, será somente através do sujeito e no sujeito que a existência da ideologia será possível.

O projeto althusseriano, inserido em uma tradição marxista que buscava apreender o funcionamento da ideologia a partir de sua materialidade, ou seja, por meio das práticas e dos discursos dos AIE, via na lingüística um terreno fértil e propício para o trabalho; porém, apenas o estruturalismo, ou o estudo da língua (deixando de lado a fala) não seria o suficiente para se alcançar bons resultados. É neste momento que a teoria do discurso, concebida como lugar teórico para o qual convergem componentes lingüísticos e sócio-ideológicos, alcança o lugar ideal, podendo assim ocupar um espaço considerável na ciência lingüística.

A partir das considerações acima, torna-se direta a associação do discurso com a prática social, pois não existem trocas sociais sem que haja trocas discursivas controladas por aparelhos sejam eles ideológicos sejam eles repressores. Assim, se existem discursos produzidos em diferentes condições, existirão também os sujeitos produtores destes discursos, e existindo tais sujeitos, naturalmente existirá uma ideologia subjacente a eles. Por estas razões compreendemos o discurso como materialização da linguagem que permite o funcionamento das mais diversas formas de prática social.

4.3 - A visão sociointeracionista em Bakhtin e a questão dos gêneros do discurso

No campo das pesquisas sobre linguagens que atualmente estão sendo desenvolvidas, uma das características essenciais que se tem observado é a emergência de trabalhos que buscam ultrapassar os limites da linguagem arbitrária, e que abordam o enunciado não apenas como um conjunto de unidades e regras, mas como discurso. Diante desse fato, assistimos à abertura das ciências da linguagem coincidindo com a preocupação de muitos pesquisadores de outros ramos das Ciências Humanas (sociologia, psicologia, história, comunicação etc), desejosos de levar em consideração a dimensão linguageira de seus objetos de estudo. No âmbito dos estudos em geral, o texto ocupa lugar de destaque, atraindo para si os olhares mais atentos. Sobre o texto, Bakhtin (2000, p.329) aponta:

O texto oral ou escrito como dado primário de todas essas disciplinas, e, de modo mais geral, de qualquer pensamento filosófico-humanista (que inclui o pensamento religioso e suas origens), representa uma realidade imediata (do pensamento e da emoção), a única capaz de gerar essas disciplinas e pensamento. Onde não há texto, também não há objeto de estudo e de pensamento.

Considerando a idéia textual revelada por Bakhtin, o objeto texto não é apenas um tipo de estrutura textual ou uma seqüência de signos verbais, mas uma atividade enunciativa que considera o lugar social do qual emerge, e o canal difusor que atravessa, situado em uma atividade enunciativa indissociável de um gênero determinado de discurso, seja pelo estilo e pela estrutura organizacional, seja pelo tipo de relação que estabelece entre o locutor e outros agentes da comunicação.

Tendo em vista a importância de se estabelecer um modo de organização que propicie melhor entendimento dos princípios que regem a construção textual, será utilizada como apoio teórico, a tipologia de gênero discursivo sócio-interacionista de Bakhtin.

Bakhtin, em seus escritos, insiste no caráter social dos fatos de linguagem, considerando o enunciado como produto da interação social, em que cada palavra é definida como produto de trocas sociais. Aponta a diversidade dos atos sociais emitidos pelos diversos grupos como fator responsável pela diversidade das produções de linguagem:

A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais ou escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da vida humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo temático e seu estilo verbal (recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais), mas também, e, sobretudo, por sua construção composicional (...). Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da linguagem elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso (BAKHTIN, 2000, p. 279).

Por assim ser, as instituições comunicativas e as necessidades sócio-interlocutivas dos sujeitos produtores de enunciados (locutor e destinatário caracterizados historicamente) são partes das condições de produção dos enunciados, que por sua vez, constituem os gêneros discursivos. Estes, pois, são determinados socialmente e são peculiares às esferas de relações da sociedade ou das esferas do uso da língua nas quais surgiram.

Sobre as características que configuram os enunciados que formam os diferentes gêneros do discurso, Bakhtin (2000) identifica três aspectos básicos: *conteúdo temático, estilo e construção composicional*. O *conteúdo temático* diz respeito à abordagem dos objetos (temas) que passam pelo processo de valorização de uma determinada esfera em determinado tempo e contexto;

estilo está relacionado à seleção dos recursos léxicos, fraseológicos e gramaticais utilizados para compor o gênero; e a *construção composicional* concerne às formas de composição e acabamento dos enunciados, ou seja, ao arranjo esquemático em que o conteúdo temático se assenta e aos modos discursivos de organização textual (narração, descrição etc).

No que tange às relações interlocutivas, o lugar ocupado pelo sujeito e o papel que este desempenha no processo interlocutivo são fatores imprescindíveis. Pois estes sujeitos acabam por sofrer, em grau maior ou menor, as injunções do lugar social que cada um ocupa na sociedade; a relação de formalidade ou não entre eles, o jogo de vozes socialmente situadas, orienta o que pode ou não ser dito e como se deve fazê-lo; o intuito discursivo do locutor em relação ao seu objeto de dizer, e ao seu destinatário; as expectativas e finalidade do destinatário, aliadas à sua atitude responsiva em relação ao que está sendo enunciado, o registro e a modalidade lingüística, e ainda o veículo de circulação. A junção de todos estes fatores constitui parte das condições de produção dos enunciados, isto é, dos gêneros discursivos.

Ao considerar os gêneros acabados, Bakhtin traça uma divisão em dois blocos: gêneros primários e secundários. O primeiro origina-se de circunstâncias de comunicação espontânea em instâncias privadas da vida cotidiana, e mantém uma relação imediata com as situações nas quais são produzidos. Os secundários provêm de circunstâncias de comunicação cultural em situações construídas em instâncias públicas, como gêneros jornalísticos, com os quais trabalharemos adiante.

Tendo como premissa a idéia de que é a partir dos enunciados concretos que os pesquisadores extraem fatos lingüísticos de que necessitam,

o estudo dos gêneros discursivos torna-se indispensável para o trabalho de naturezas diversas. Sobre este fato, Bakhtin (2000, p. 282) afirma que:

Ignorar a natureza do enunciado e as particularidades do gênero que assinalaram a variedade do discurso em qualquer área do estudo lingüístico leva ao formalismo e à abstração, desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo existente entre a língua e a vida. A língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua.

4.3.1 A subjetividade nos gêneros jornalísticos

O discurso é um processo e um produto da interação verbal, e o enunciado sua unidade real, pois Bakhtin afirma que a enunciação é o produto da interação de dois sujeitos socialmente organizados. Por esta razão, pode-se dizer que o discurso se molda à forma do enunciado. Este, por sua vez, pertence a um sujeito falante e não pode existir fora dessa forma, motivo que permite compreender o discurso como uma linguagem em funcionamento em uma determinada situação, ou em um processo de produção de significação, sendo a língua o instrumento dessa produção, que se apresenta em um plano de expressão, no formato de texto, construído mediante um sistema de signos. Esta sistematização poderá ser organizada em infindáveis formas, que irão caracterizar os mais diversos tipos de gêneros discursivos.

Definir gênero nas mídias, mais especificamente o gênero editorial, apresentado no jornalismo impresso, é o trabalho, que me proponho realizar, certa das dificuldades que irei encontrar, pois segundo José Marque de Melo:

Classificar gêneros jornalísticos é o maior desafio do jornalismo, como campo do conhecimento, é sem dúvida, a configuração da sua identidade enquanto objeto científico e o alcance da autonomia jornalística que passa

inevitavelmente pela sistematização dos processos sociais inerentes à captação, registro e difusão da informação da atualidade, ou seja, do seu discurso manifesto (MELO, 1998)

Em *A Opinião no Jornalismo Brasileiro* (1985), Melo apresenta algumas definições de estudiosos sobre gêneros jornalísticos, sintetizando que a essência do estilo jornalístico está na tentativa de fazer o relato cotidiano, utilizando uma linguagem capaz de estar em sintonia com a “linguagem de vida”, e que pressupõe o uso de todos os recursos expressivos e vitais próprios e adequados para expressar a vasta gama do acontecer diário. Em seus estudos acerca dos gêneros jornalísticos, Melo (1998) acaba dizendo que:

se os gêneros são determinados pelo estilo e se este depende de uma relação dialógica que o jornalista deve manter com o seu público, apreendendo seus modos de expressão (linguagem) e suas expectativas (temáticas), é evidente que sua classificação restringe-se a universos culturais delimitados. Por mais que as empresas jornalísticas assumam hoje uma dimensão transnacional em sua estrutura operativa, permanecem, contudo, as especificidades nacionais ou regionais que ordenam o processo de recodificação das mensagens importadas. Tais especificidades não excluem as articulações interculturais que muitas vezes subsistem através das línguas e são prolongamentos do colonialismo (MELO, 1998).

A reflexão sobre as idéias de Melo (1998) nos leva a crer que a existência de determinado número de gêneros atuando nos meios de comunicação depende da complexidade e diversidade da sociedade em que estes se manifestam, pois o quê pode ser um gênero para uma, para outra pode ser um subgênero, ou um supergênero. Sendo assim, o mesmo texto pode pertencer a gêneros diferentes, em lugares e tempos também diferentes. Os gêneros e as relações entre eles são processos dinâmicos, que podem sofrer alterações em função do tempo e do espaço. Sobre estas mudanças, Bakhtin (2000) diz que o gênero sempre é e não é o mesmo, sempre é novo e velho ao mesmo tempo. O gênero renasce e se renova em cada nova etapa do

desenvolvimento da literatura e em cada obra individual de um dado gênero. Nisto consiste sua vida.

Em razão deste dinamismo é que os gêneros precisam ser estudados como fenômenos sócio-históricos e não somente de forma classificatória, já que são determinados pelo modo de produção da indústria jornalística e tem uma identificação com a questão cultural de cada sociedade. Seguindo este princípio, Melo propõe uma nova classificação nacional dos gêneros, obedecendo basicamente a dois critérios: primeiro agrupando os gêneros em categorias que correspondam à intencionalidade determinante que se configura através dos textos, sendo possível identificar duas vertentes:

1- Jornalismo informativo: a reprodução do real, que comunica os fatos noticiosos a partir de dois parâmetros – o atual e o novo, isto é, a realidade e a descrição do que é apreensível à instituição jornalística.

2- Jornalismo opinativo: a leitura do real, que significa identificar o valor do atual e do novo na conjuntura que nutre e transforma os processos jornalísticos, ou seja, a análise da realidade e a sua avaliação dentro dos padrões jornalísticos, ou em outras palavras, a versão dos fatos. Isto, fazendo uso de argumentações, que visam convencer o leitor de um determinado ponto de vista, trabalhando com idéias e valores.

O segundo critério utilizado na classificação de gêneros jornalísticos busca identificar os gêneros a partir da natureza estrutural dos relatos observáveis nos processos jornalísticos, não se referindo apenas às estruturas do texto ou das imagens e sons que representam e reproduzem a realidade, e sim, à articulação que existe do ponto de vista processual entre os

acontecimentos (real), sua expressão jornalística (relato) e a apreensão pela coletividade (leitura). Neste segundo critério de classificação utilizado por Melo, pode-se identificar um problema referente à questão do “real”. O que é considerado “real”? O que é reproduzir e ler o “real” para os leitores? É essa relação com o real que nos leva a questionar a objetividade jornalística, a interferência do sujeito produtor do discurso jornalístico, no retratamento do real.

Para alguns estudiosos da linguagem jornalística, a relação com o real varia de acordo com os sujeitos envolvidos no processo de comunicação, fato que irá interferir na reprodução fiel daquilo que se diz “real”, fazendo com que a visão, a reprodução e a leitura final do “real” não sejam a mesma.

Sobre a objetividade vejamos o que pensam alguns autores, como Clóvis Rossi e Marcondes Filho. Segundo Rossi (1981), a objetividade é um mito, no sentido de que, por mais que a imprensa busque colocar-se numa posição neutra e publicar tudo que ocorre, deixando ao leitor a tarefa de tirar suas próprias conclusões, a subjetividade sempre acaba por se manifestar. Sobre esta questão Marcondes Filho (1993) diz que o jornalismo não é neutro nem objetivo. Estas categorias fazem parte de uma mitologia e, como em qualquer outra atividade humana, a produção jornalística sofre o filtro e a regulação dos agentes pelos quais passa.

No verbete sobre objetividade do manual de Redação do jornal *Folha de São Paulo* (1987), encontramos a seguinte definição:

Objetividade – não existe objetividade em jornalismo. Ao redigir um texto ou ao editá-lo, o jornalista toma uma série de decisões que são em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções. Isto não o exime, porém, da obrigação de procurar ser o mais objetivo possível. Para relatar os fatos com fidelidade, reproduzindo a forma em que ocorrem, bem como suas circunstâncias e repercussões, o jornalista deve procurar vê-los com distanciamento e frieza, o que não significa apatia e desinteresse.

Por assim ser, dúvidas não restam acerca do mito da objetividade no jornalismo. O caráter subjetivo, demonstrado pela linguagem utilizada no jornalismo, leva-nos a compreender as formas de transmissão de informação, como uma função que atende ao sistema industrial, portanto capitalista, refletindo assim, a linguagem do poder. Não obstante, pode-se encontrar grandes verdades no novo jornalismo, pois a busca da verdade é (ou deveria ser) a sua meta, coisa que, de modo algum, obscurece o fato de que o verdadeiro herói na história da transmissão da informação jornalística é o sistema que manda, controla, seleciona, filtra o fato social e o coloca nas malhas do contexto social. Portanto, a linguagem utilizada pelo discurso é a linguagem do reforço de valores e de interação, onde os valores são determinados pelo sistema de governo de cada sociedade. Aliada à ideologia capitalista, sua cúmplice, a Indústria Cultural contribui eficazmente para falsificar as relações entre os homens, bem como dos homens com a natureza, de tal forma que o resultado final constitui uma espécie daquilo que Adorno (BENJAMIN, HORKHEIMER, ADORNO, HARBEMANS, 1980, p. 16) chama de antiiluminismo. Adorno considera que o Iluminismo tem como finalidade libertar os homens do medo, tornando-os senhores e liberando o mundo da magia e do mito. Admitindo-se que essa finalidade pode ser atingida por meio da ciência e da tecnologia, tudo levaria a crer que o Iluminismo instauraria o poder do homem sobre a ciência e sobre a técnica. Mas ao invés disso, liberto do medo mágico, o homem tornou-se vítima de um novo engodo: o progresso da dominação técnica. Esse progresso transformou-se em poderosos instrumentos utilizados pela indústria cultural para conter o desenvolvimento da consciência das massas.

De acordo com o pensamento de Adorno, é tolhendo a consciência das massas e instaurando o poder da mecanização sobre o homem, que a indústria cultural cria condições cada vez mais favoráveis à implantação de seu comércio. Assim, criando “necessidades” ao consumidor (que deve contentar-se com o que lhe é oferecido), a indústria cultural organiza-se para que ele compreenda sua condição de mero consumidor, ou seja, ele é apenas tão somente um objeto daquela indústria. Para Adorno, é desse modo que se instaura a dominação natural e ideológica que tem sua mola motora no desejo de posse constantemente renovado pelo progresso técnico e científico, e sabiamente controlado pela indústria cultural.

4.3.2 O editorial como gênero opinativo

Dentre os gêneros de base argumentativa, pode-se admitir o editorial como um subgênero, pertencente aos gêneros opinativos, este por sua vez pertence ao supergênero jornalístico (MELO, 1998), que é construído e estruturado para expressar e fazer com que cheguem até o leitor as opiniões do jornal ou revista sobre eventos noticiosos recentes. A opinião da empresa/imprensa decorre das relações de propriedade da instituição jornalística, isto é, os editoriais não refletem apenas a opinião de seus proprietários nominais, mas o consenso de opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização. Além dos acionistas, há financiadores que subsidiam a operação da empresa, existem anunciantes que disponibilizam recursos regulares para os cofres da organização através da compra de espaço, além do aparelho burocrático do

Estado, que exerce uma grande influência sobre o processo jornalístico pelos controles que exercem no âmbito fiscal previdenciário e financeiro. Assim, o estudo do gênero editorial é, na realidade, a investigação da inserção da empresa jornalística no mercado, segundo interesses específicos de investidores e órgãos do Estado, e os reflexos disso na linguagem, estilo e forma utilizados pelo jornal. Sob esta ótica, o editorial tem a função de articular um discurso que consiga conciliar as opiniões de todos os que sustentam financeiramente e ideologicamente a empresa jornalística, e deve ser entendido como um espaço de contradições.

Melo (1992) define a constituição do discurso editorial como uma teia de articulações políticas e por isso representa um exercício permanente de equilíbrio semântico. Sua vocação é a de aprender a conciliar os diferentes interesses que perpassam a sua operação cotidiana. A pauta editorial é geralmente definida em uma reunião em que se consideram a consistência da argumentação e os demais fatores que subordinam a prática do jornalismo como a possibilidade de compreensão pelo público e o risco de violação das normas legais envolvendo questões ético/profissionais.

Considerando-se que os editoriais são igualmente textos de leitura seletiva, há uma liberdade maior na escolha dos itens lexicais e gramaticais. As estratégias utilizadas pelo editorialista ao construir a opinião pública a partir da ideologia da qual é porta-voz, possibilitam a caracterização das avaliações, conclusões e prognósticos como marcos cognitivos sociais. O editorial exige um espírito de responsabilidade por parte dos que se envolvem na sua produção e edição, porque expõe a imagem do jornal como um todo. O formato de editorial que mais se observa apresenta sucintamente uma questão

desenvolvendo argumentos do órgão emissor e refutando os argumentos que a ele se opõem; a finalização se dá expondo de modo condensado a posição adotada pelo jornal. Os atributos específicos do editorial são quatro: a impessoalidade, ou seja, não é assinado pelo proprietário ou por qualquer outro representante do jornal; a topicalidade, que se refere à definição exata e precisa do tema; a condensabilidade, por apresentar poucas idéias, com ênfase maior nas afirmações do que nas demonstrações; e plasticidade, por construir um texto maleável e não dogmático.

A partir destas características observáveis, pode-se entender o editorial como um tipo de texto que se utiliza do discurso comportamental de caráter persuasivo, isto, por referir-se a unidades de linguagem cuja função é influenciar ou modificar o comportamento dos leitores para fazerem algo que não estão fazendo, para deixarem de agir ou continuar a agir de um modo determinado.

Definido por categorias e regras de formação, pode-se admitir o editorial como um dos gêneros do discurso jornalístico que se formaliza por um tipo específico de texto opinativo, podendo ser entendido como uma produção de um grupo de poder que dialoga com outros grupos de poder. Trata-se, portanto, da oposição de duas ideologias, estruturadas por categorias argumentativas postas em diálogo.

Compreendendo os gêneros jornalísticos como sendo determinados pelo modo de produção dos organismos que os veicula, e por manifestações culturais de cada sociedade, realizar uma classificação universal ou oficial é uma tarefa praticamente inalcançável, uma vez que os gêneros estão sempre em transformação. O que vem ocorrendo em relação às formas de veicular a

informação são adaptações que visam melhor uso de técnicas para suprir as necessidades tanto dos leitores, quanto dos profissionais da imprensa. Fator este que não anula os jogos manipulativos presentes no ato da comunicação, como afirma Fiorin (2000, p. 38-42) ao dizer que:

Como as relações sociais de que o homem participa são, em geral, necessárias, não há possibilidade de existir um homem livre de todas as coerções sociais (...) O discurso, por sua vez, também é determinado por coerções ideológicas.

O enunciador é o suporte da ideologia, vale dizer, dos discursos, que constituem a matéria prima com que elabora seu discurso. Seu dizer é a reprodução inconsciente do dizer de seu grupo social. Não é livre para dizer, mas coagido a dizer o que seu grupo diz.

Sendo assim, a finalidade de todo ato de comunicação não é informar, mas é persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado. Por isso, o ato de comunicação é um complexo jogo de manipulação com vistas a fazer o enunciatário crer naquilo que se transmite.

Vale lembrar que a discussão a respeito dos gêneros é inacabada, e as conclusões dependem da interpretação e do conhecimento de mundo de cada indivíduo, diversamente engajado na sociedade que o insere. O importante é ressaltar que os gêneros jornalísticos sirvam como formas de organização no processo de comunicação, propiciando aos profissionais da mídia colocar em prática sua função social, seja informando, seja opinando, mas de modo a prestar seus serviços à sociedade como um todo e não apenas a grupos restritos e fechados em seus interesses particulares.

4.3.3 - Carta ao Leitor – um dispositivo da mídia impressa sobre o pensar interlocutorial.

Todas as demonstrações teóricas, apresentadas até o momento de nada adiantariam se não comprovássemos sua aplicação prática no processo de representação social em que os atos comunicativos estão envolvidos. Com a finalidade de comprovar que os meios de comunicação se utilizam de estratégias de manipulação e alienação das massas pela via do discurso, é que proponho uma análise de dois editoriais da Revista *Veja*, publicados no ano de 2002.

Segundo Milton José Pinto (2002, p. 26):

O ponto de partida de qualquer análise de discursos sendo sempre produtos culturais empíricos produzidos por eventos comunicacionais entendidos como textos, é necessário que o analista dê uma atenção à “textura” dos textos, quer quanto ao uso da linguagem verbal, quer quanto ao uso de outras semióticas. É na superfície dos textos que podem ser encontradas as pistas ou marcas deixadas pelos processos sociais de produção de sentidos que o analista vai interpretar. O analista de discurso é uma espécie de detetive sociocultural. Sua prática é primordialmente a de procurar e interpretar vestígios que permitem a contextualização em três níveis: o contexto situacional imediato, o contexto institucional e o contexto sociocultural mais amplo, no interior dos quais se deu o evento comunicacional.

É a este trabalho de análise de discurso que nos prestaremos neste momento do trabalho, iniciando com o editorial “O que incomoda o terror” publicado pela Revista *Veja* em 19/09/01 (Anexo I). Trata-se da primeira edição da revista trazendo uma cobertura completa sobre o atentado terrorista cometido contra os Estados Unidos, em 11 de setembro de 2001. Fato de extrema importância que marcará pra sempre a história do mundo ocidental, pelo seu impacto político, social e moral. Daí a escolha deste texto para compor o *corpus*, ainda que reduzido, mas útil para se pensar acerca dos conceitos teóricos abordados neste trabalho sobre discurso, mídia e sociedade.

O editorial, logo no título, já tem início com uma frase afirmativa, que sugere a certeza das idéias que serão apresentadas em relação aos motivos

que levaram ao atentado. O texto inicia-se com uma revelação surpreendente que contraria o fato real: “O verdadeiro alvo visado pelos terroristas que atacaram Nova York e Washington na semana passada não foram as torres gêmeas do sul de Manhattan nem o edifício do Pentágono”. Esta afirmativa conduz o leitor ao questionamento: ora, se não era este o alvo então qual era, se foram estes os pontos atacados? Logo a seguir vem a resposta complementar à idéia: “O atentado foi cometido contra um sistema social e econômico que, mesmo longe da perfeição, é o mais justo e livre que a humanidade conseguiu fazer funcionar ininterruptamente até hoje”. A complementação da idéia vem carregada de sentimentalismo político e defensor dos ideais democráticos americanos, como comprava a utilização das escolhas lexicais “justo e livre”, utilizadas para garantir a defesa da nação vitimizada. Na seqüência do texto, o editorialista se utilizou recurso da intertextualidade, fazendo uma alusão à passagem bíblica que sugere a luta entre fracos e fortes, opressores e oprimidos, dominantes e dominados, representados pelas personagens Davi e Golias. Estratégia que simboliza a relação existente entre os povos em conflito, e simboliza a diferença social entre os mesmos, fato perceptível também pela menção aos “excluídos do terceiro mundo” que agiram tragicamente contra o “império”. Constrói-se nesta passagem a imagem dessemelhante das duas partes envolvidas no episódio, atenuando a fragilidade e o valor daquele que antes representava o poder e a soberania, e agora teve toda sua supremacia ameaçada por forças perversas. As afirmações que servem de suporte para o desenvolvimento do texto são todas favoráveis à vítima, o que leva os leitores mais atentos a questionarem se a vítima realmente foi sempre vítima ao longo de toda a sua história.

Importante perceber que a ênfase do texto está centrada muito mais nas afirmações do que nas demonstrações propriamente ditas, como podemos observar neste fragmento:

“O que realmente incomoda a ponto da exasperação dos fundamentalistas (...) não é só a arrogância americana ou seu apoio ao Estado de Israel. O que os radicais não toleram mais que tudo é a modernidade. É a existência de uma sociedade em que os justos podem viver sem ser incomodados e os pobres têm possibilidades reais de atingir a prosperidade com o fruto do seu trabalho”.

O tom de acusação aos fundamentalistas e de defesa dos americanos é marcante neste fragmento do texto. Este comportamento discursivo nos leva a perceber a postura ideológica assumida pelo veículo de comunicação, e nos conduz à procura de um sujeito produtor deste discurso, ou seja: quem fala, de onde fala e para quem fala? Este questionamento induz a busca daquilo que não está dito explicitamente, mas pode estar disfarçado, implícito nas “entrelinhas textuais”. Encontraremos facilmente a resposta para nossas perguntas se considerarmos o fato de que a instituição jornalística pertence a um sistema industrial que como qualquer outro, almeja o lucro, e para isto utiliza o discurso como instrumento de dominação e controle. A linguagem utilizada neste editorial é a linguagem do reforço de valores e de interação, onde os valores são determinados pelo sistema de cada sociedade, neste caso o sistema capitalista e hegemônico.

Numa outra passagem o autor diz: “Eles são enviados da morte, da elite teocrática, medieval e tirânica que exerce o poder absoluto em seus feudos”. Neste trecho, a espetacularização da notícia se dá de forma explícita, através da seleção lexical e da construção sintática utilizada. Deste modo pressupõe-se que a intenção do autor é emocionar o leitor, utilizando-se do exagero

lingüístico, através de vocábulos carregados de valor semântico. Como no exemplo: “Para eles a democracia é satânica”.

O aspecto mais marcante na construção desse discurso certamente é a seleção lexical utilizada – um texto curto e forte, com mais ênfase nas afirmações do que nas demonstrações. Texto que expressa claramente a opinião da empresa editorial, opinião formada a partir das relações de propriedade da instituição jornalística – lembrando que os editoriais não refletem apenas a opinião de seus proprietários nominais, mas o consenso de opiniões que emana dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização.

Já no segundo editorial a ser analisado “Educar é Crescer”, de 11/12/02 (Anexo II), embora a opinião da instituição jornalística se mantenha explícita, pois a subjetividade é característica do gênero editorial, o autor se utiliza de recursos argumentativos mais concretos, recorrendo a dados numéricos, resultados de pesquisas e exemplificações.

A começar pela contextualização histórica, a data de publicação é anterior à posse do então recém-eleito presidente a assumir o governo brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva. Portanto o editorial ressoa como uma carta vangloriosa de despedida do presidente em fase final de governo, Fernando Henrique Cardoso. O enfoque principal é o sucesso conquistado na área da educação durante a gestão FHC. Para iniciar o texto, o autor recorre a exemplos de países em desenvolvimento que investiram na educação e estão colhendo bons frutos; para tanto, cita a Coreia do Sul, a Bolívia e a Argentina. A fim de enaltecer a figura do presidente FHC, o texto aponta;

“Nos últimos anos, a revista registrou em diversas reportagens o esforço comandado pelo governo FHC para o Brasil fugir do atraso neste campo. Na gestão FHC, o índice de analfabetismo baixou mais de 20%. No ensino fundamental a população em idade de estudar – e que está na escola – saltou de 89% para 97%”.

A utilização de dados numéricos permite maior credibilidade para as informações que estão sendo transmitidas, de modo a tornar o texto mais convincente. Mas o texto, assim como no primeiro editorial analisado, utiliza-se de construções sintáticas que exploram intencionalmente a carga semântica, de cada vocábulo selecionado pelo autor, como vemos a seguir: “Outra mudança significativa se deu no ensino superior, em que a oferta de vagas aumentou de forma notável. No caso das universidades a notícia é espetacular. A cada semana uma faculdade nova é aberta no Brasil”. Ao leitor entusiasmado com as palavras do texto, tal afirmativa deve ser motivante, mas na verdade ela deveria atentar a população para o problema da falta de qualidade no ensino público, e não para a quantidade de faculdades particulares que proliferam pelo Brasil afora. As demonstrações feitas neste editorial atestam seu caráter partidário e elitista, que serve como um exemplo bastante elucidativo da utilização de estratégias de alienação das massas pela via do discurso.

Por fim, parafraseando Pinto (2002), definir os discursos como práticas sociais implica em dizer que a linguagem verbal e as outras semióticas com que se constroem os textos são partes integrantes do contexto sócio-histórico e não algo de caráter puramente instrumental, externas às pressões sociais. O uso da linguagem, na construção dos discursos, têm assim papel fundamental na reprodução, manutenção ou transformação das representações que as pessoas fazem e das relações e identidades com que se definem numa

sociedade, pois é por meio dos textos que se travam as batalhas que, no nosso dia-a-dia, levam os participantes do processo comunicacional a procurar “dar a última palavra”, isto é, a ter reconhecido pelos receptores o aspecto hegemônico do seu discurso.

4.3.4 – O papel da linguagem na construção dos discursos vinculados à comercialização dos bens culturais

O termo massa é tomado no sentido de um grandíssimo número de indivíduos, todos da mesma natureza, isto é, homogêneos e compondo um bloco no qual se apagam diferenças ou demarcações. A idéia assim veiculada não corresponde à realidade sócio-econômica e política apresentada pelas sociedades, grupos, coletividades, haja vista as dessemelhanças acabarem por vezes se apresentando. Considerando que a Indústria Cultural produz para determinada coletividade com a intenção de lucro, para consegui-lo, se vê obrigada a conhecer os anseios dessa coletividade, tendo ela semelhanças e divergências.

Existe, portanto, uma interação entre a indústria e a coletividade, interação que leva os empresários a compreenderem a coletividade como homogênea, pois o que pretendem produzir necessita ser aceito por grande quantidade de usuários. De acordo com Puterman (1994), essas circunstâncias levaram ao desenvolvimento das pesquisas de opinião, que encerravam a princípio um duplo aspecto fundamental: conhecer o que deseja a coletividade para poder produzir de acordo com as aspirações e necessidades desta, e assim poder conduzir uma propaganda de maneira a influir sobre seus gostos.

Uma constatação feita a respeito da divulgação dos produtos é a de que os artefatos não têm o mesmo sentido e aceitação em coletividades e grupos diferentes. A construção do sentido a ser atribuído aos produtos culturais e conseqüentemente a aceitação ou não destes, são fortemente influenciadas por diversos fatores, como por exemplo, a idade, o sexo, o nível social, econômico e cultural dos grupos. Sem dúvida, a interferência destes fatores de escolha não pode ser desprezada. As diferenciações coexistem com um elemento que age no sentido da aproximação dos componentes das coletividades e/ou do afastamento de grupos; nesse sentido, a comunicação, forma o tecido que permeia a vida social e é orientada tanto pela posição dos grupos, das camadas, das coletividades diversas no interior da sociedade global, quanto pelas representações e símbolos que nela existem.

No que se refere à construção simbólica dos produtos culturais e a representação que os indivíduos fazem de si e das coisas, a linguagem funciona como um elemento fundamental de toda vida social; os grupos e as coletividades podem ser abordados do ponto de vista estatístico, mas é talvez mais importante conhecer como se inter-relacionam, o que se dá por intermédio da fala, da linguagem, das comunicações. Neste sentido é instaurada ordem do discurso (Foucault, 1996), este, que por sua vez se construirá em detrimento dos interesses e gostos dos sujeitos envolvidos no processo.

Ao ser construído, o discurso poderá refletir as suas próprias condições de produção (tempo, espaço, sujeito, ideologia) e são exatamente estas condições de produção dos discursos, bem como o tipo e o estilo de linguagem utilizada, aliadas ao apelo às imagens e às idéias apresentadas junto ao

produto, que irão determinar a aceitação ou não dos bens culturais através da influência que o uso da linguagem pode exercer na mente humana. Tal aceitação se dará, pelo menos a princípio, a partir da identificação ou não do público consumidor com o discurso que o produto traz consigo e que desempenha a função de apresentá-lo ao mercado. Este tipo de discurso é muitas vezes carregado de símbolos que não passam de mera fantasia, usada a fim de seduzir e convencer as pessoas a consumirem os produtos. É a magia que se cria em torno da obra, no caso dos bens culturais como o cinema, a literatura, a música e até mesmo das informações ligadas à política, religião, comportamento etc.

Base da unidade sociocultural de todo e qualquer grupo, a linguagem também, é, portanto, um elemento de diferenciação e afastamento. É exatamente neste ponto que se encontra a função primordial desempenhada pela linguagem dentro do processo de comercialização dos bens de consumo materiais ou culturais. Neste ponto, o discurso funciona como elemento legitimador de intencionalidades (ideológicas ou lucrativas) implícitas e inerentes aos diferentes tipos de produtos industrializados. É através da construção do discurso que o produto se apresentará ao grande público consumidor por intermédio de eventos comunicacionais (tais como anúncios publicitários, capas de revistas, programas televisivos e de rádio, textos jornalísticos etc). Neste processo os aspectos como idade, sexo, nível social, econômico e cultural já mencionados anteriormente não podem de forma alguma ser ignorados.

Os produtos culturais constituem sempre um meio de comunicação, na medida em que serão consumidos por uma coletividade, e, portanto,

interpretados por esta, por este motivo têm função tanto de aproximação quanto de distanciamento. A integração e a desintegração das coletividades estão, pois, estreitamente vinculadas à comunicação.

V CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar a rapidez com que os meios de comunicação de massa assumiram importância na sociedade ocidental, observamos que a incorporação de tecnologias modernas permitiu a abolição do tempo e da distância em relação ao movimento realizado para a difusão das informações. A velocidade com que estas são veiculadas pelo globo todo coincide com a diminuição de grupos sociais isolados, mas isto ocorre em função de outros fatores tais como a crescente urbanização e expansão do ensino, possibilitando a uniformização de coletividades. Portanto, existe um conjunto de fatores que contribuíram para as alterações no modo de pensar, de agir e de existir de toda uma civilização moderna, que abarcaram mudanças naquilo que podemos chamar de cultura de um povo.

Buscamos demonstrar neste estudo que, ao produzirem textos para se comunicar, as pessoas se utilizam da linguagem verbal para construir o universo do discurso ou reconstruir o mundo do qual seu texto fala. Desta maneira, os enunciadores estabelecem vínculos socioculturais necessários para dirigir-se aos seus interlocutores, de modo interativo, estabelecendo relações positivas e/ou negativas. A amostragem interpretativa deste estudo consiste na defesa da idéia de que as coisas ou pessoas tratadas em um dado texto, estabelecem relações muito diretas entre si, a partir do momento em que estas passam a ser situadas no tempo e no espaço, sempre em relação ao que o sujeito emissor e ao que o sujeito receptor supostamente conheceriam do universo em pauta.

O problema central que não deve ser desconsiderado durante todo o processo comunicativo textual refere-se a um tipo de “marcação de fronteira” entre os conhecimentos assumidos pelo emissor, e os conhecimentos que este compartilha com o receptor, dentro de um contexto histórico, social e cultural. Pois é este o conjunto essencial para a constituição do enunciador e do co-enunciador envolvidos em um dado processo comunicativo.

Vimos que a noção de difusão da informação nos domínios de um sistema industrial tem conseqüências diversas. Aparentemente, muitas vezes os aspectos econômicos e políticos, passam a ser dominantes no âmbito da transmissão de informações e a ambição de lucro por parte de veículos midiáticos, passa a superar a verdadeira razão de informar. Assim, o jogo de interesses existente por traz de cada informação transmitida, por vezes ultrapassa o dever de informar, tornando o processo comunicativo passível à manipulação de idéias em função de interesses privados.

Através da utilização da linguagem na construção de diferentes tipos de discursos, órgãos voltados para a comunicação se organizam com vistas a interesses privados, muitas vezes almejando o lucro. Nesse sentido, a comunicação passa a fazer parte da Indústria Cultural, ao aspirar à integração vertical de seus consumidores. Os veículos de comunicação não apenas adaptam seus produtos ao consumo das massas, mas, em larga medida, determina o próprio consumo. Interessada nos homens apenas enquanto consumidores ou empregados, a Indústria Cultural reduz a humanidade, em seu conjunto, assim como cada um de seus elementos, às condições que representam seus interesses. A Indústria Cultural traz em seu bojo todos os elementos característicos do mundo industrial moderno e nele exerce um papel

específico, qual seja, o de portadora da ideologia dominante, a qual outorga sentido a todo o sistema.

A análise das teorias apresentadas neste trabalho sugere a idéia de que a criação de mercados e grupos consumidores, de um certo número de manifestações culturais (incluindo o editorial), depende do trabalho de produção de textos e construção de discursos, que ocorre mais como um reflexo do processo de segmentação e representação social, do que apenas uma imposição da indústria. Daí conclui-se que os estudos dos produtos culturais devem se voltar predominantemente para o que é diferente, para o desigual, sem descartar que a diferenciação se faz com base em diferentes crenças, valores e intenções.

Diante desta constatação, resta admitir que a uniformização das mentalidades não se demonstra tão ameaçadora, uma vez que tais circunstâncias constituem-se também de outros tantos fatores de diferenciação de modos de pensar no interior de cada coletividade, pois, devido às condições de vida individuais, se há aqueles que aderem incondicionalmente ao que é uniformemente veiculado pelas novas vias de comunicação, há também aqueles que por um motivo ou outro, contrariam os modelos que se procuram impor por meio delas.

Nesse sentido tanto o percurso histórico dos estudos de mídia quanto dos estudos de linguagem, parecem caminhar para outro rumo em que produtos, manifestações, indústria e mercados ligados à produção cultural, cada vez mais devem ser estudados em suas particularidades, naquilo que apresentam de diferente, isto é, nas diversas maneiras de pensar e agir das diferentes coletividades do planeta.

VI REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ARANTES, Paulo Eduardo. **Benjamim, Horkheimer, Adorno Harbermas – vida e obra.** In: BENJAMIN, W; HORKHEIMER, M; ADORNO, T; HARBERMANS, J; traduções de José Lino Grünnewald. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

AUTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado.** Trad. J.J. Moura Ramos. Lisboa, Presença/Martins Fontes, 1974.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal.** São Paulo: Fontes, 2000.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem.** Trad. M. Lahud & Y. F, Vieira. 4. Ed. São Paulo, Hucitec, 1998. (título original 1929).

BARROS, Diana Pessoa. **Teoria do discurso.** Fundamentos semióticos. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2001.

BENJAMIN, W; HORKHEIMER, M; ADORNO, T; HARBERMANS, J; traduções de José Lino Grünnewald. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

BENVENISTE, E. **Problemas de Lingüística Geral.** 2ª ed. São Paulo: Pontes, 1988.

_____ **Problemas de linguística geral II.** Campinas: Pontes, 1989.

BRANDÃO, Helena Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso.** 7.Ed. Campinas, Editora da UNICAMP, 1998.

CORRÊA, Manuel Luiz Gonçalves. **Lingüística e Comunicação Social : visões da lingüística moderna.** São Paulo: Parábola, 2002.

FARACO, Carlos Alberto. **Estudos pré-saussureanos.** In MUSSALIN Fernanda e BENTES, Ana Cristina. Introdução à Lingüística. Fundamentos epistemológicos, volume 3. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FIORIN, J. Luiz. **Linguagem e ideologia.** São Paulo: Ed. Ática, 2000.

FIORIN, José Luiz. **Elementos da análise do discurso.** São Paulo: Contexto, 2000.

FREI BETTO. “Consumo, logo existo” Disponível em http://www.triplov.com/frei_betto/consumo.html

FOUCAUT, M. **Lingüistique e sciences sociales.** In: Revue Tunisienne de Sciences Sociales, no. 19, 1969.

_____ **As palavras e as coisas.** São Paulo: Martins Fontes, 1981.

_____ **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____ **A ordem do discurso.** São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOLHA de São Paulo. **Manual Geral de Redação.** 2. ed. São Paulo, 1987.

GERALDI, W. **Portos de passagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ILARI, Rodolfo. **O estruturalismo lingüístico: alguns caminhos.** In MUSSALIM, F. e BENTES (orgs), A. C. Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos. volume 3. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

KOCK, Ingedore V. **A inter-ação pela linguagem.** 6 ed. – São Paulo: Contexto, 2001.

LEFÉBVE, Henri. **A linguagem e a Sociedade.** Lisboa: Ulisseia, 1966.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Jornalismo fin-de siècle.** São Paulo: Scritta Editoria, 1993.

MARX , K. e ENGELS, F. **A Ideologia alemã.** (Trad. De W. Dutra e F. Fernandes), Rio de Janeiro, Zahar, 1965.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana industrial.** 2ª. ed. São Paulo: Summus, 1988.

MELO, José Marques de. **Gêneros jornalísticos na Folha de São Paulo.** São Paulo: FTD, 1992.

_____ **A opinião no jornalismo brasileiro.** Petrópolis: Vozes, 1985.

_____ **Gêneros e formatos na comunicação massiva periodística: um estudo do jornal Folha de São Paulo e da revista Veja.** São Paulo: Universidade Metodista. Xérox do trabalho apresentado no XXI INTERCOM, Recife – PE, 1998.

MORATO, Maria Edwiges. **O interacionismo no campo lingüístico.** In: MUSSALIM, F. e Bentes, A. C. Introdução à Lingüística: Fundamentos Epistemológicos volume 3. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MUSSALIM, F; BENTES, A. C. (orgs). **Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos,** volume 3. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MUSSALIM, Fernanda. **Análise do Discurso.** In: MUSSALIM, F. e BENTES, A. C. (orgs) Introdução à lingüística: domínios e fronteiras. V. 2/ - São Paulo: Cortez, 2001.

BORGES NETO, José. **Filosofia da lingüística.** São Paulo: Parábola, 2004.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, Editora da UNICAMP, 1988.

PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos**. 2ª edição. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

PUTERMAN, Paulo. **Indústria Cultural: a agonia de um conceito**. São Paulo: Perspectiva, 1994.

ROBIN, Régine. **História e Lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1973.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix, 6ª edição, 1974.

THOMPSON, Jonh B. **A mídia e a modernidade. Uma teoria social da mídia**.

ANEXO I

O Que Incomoda O Terror (Veja – 19/09/01)

O verdadeiro alvo visado pelos terroristas que atacaram Nova York e Washington na semana passada não foram as torres gêmeas do sul de Manhattan nem o edifício do Pentágono. O atentado foi cometido contra um sistema social e econômico que mesmo longe da perfeição, é o mais justo e livre que a humanidade conseguiu fazer funcionar ininterruptamente até hoje. Não foi um ataque de Davi contra Goliás. Nem um grito dos excluídos do Terceiro Mundo que, de modo trágico, mas efetivo, se fez ouvir no império. Foi uma agressão perpetrada contra os mais caros e mais frágeis valores ocidentais: a democracia e a economia de mercado.

O que realmente incomoda a ponto da exasperação os fundamentalistas, apontados como os principais suspeitos de autoria dos atentados, não é só arrogância americana ou seu apoio ao estado de Israel. O que os radicais não toleram mais que tudo é a modernidade. É a existência de uma sociedade onde os justos podem viver sem ser incomodados e os pobres têm possibilidades reais de atingir a prosperidade com o fruto de seu trabalho. Esse é o verdadeiro anátema dos terroristas que atacaram os Estados Unidos. Eles são enviados da morte, da elite teocrática, medieval e tirânica que exerce poder absoluto em seus feudos. Para eles a democracia é satânica. Por isso tem de ser combatida e destruída.

ANEXO II

Educar é Crescer (Veja – 11/12/02)

Há várias formas de mediar o grau de desenvolvimento de uma sociedade. Uma das mais eficientes é o acesso de seu povo à educação. Em 1970, a Coreia do Sul tinha uma renda per capita equivalente à metade da dos brasileiros. Graças a um investimento pesado em ensino, sua população hoje possui renda per capita duas vezes e meia mais alta que a brasileira. Como o Brasil demorou a investir na área, acabou perdendo terreno até mesmo para alguns vizinhos da América Latina. A magra Bolívia, cuja economia não chega a representar 2% da brasileira, ostenta uma população universitária que em termos proporcionais equivale ao dobro da existente no Brasil. Na Argentina, essa taxa é quatro vezes maior que a nossa.

Por tudo o que significa para a vida de cada um e para o desenvolvimento do país, a educação sempre mereceu cobertura destacada de Veja. Nos últimos anos a revista registrou em diversas reportagens o esforço comandado pelo governo Fernando Henrique Cardoso para o Brasil fugir do atraso nesse campo. Na gestão FHC, o índice de analfabetismo baixou mais de 20%. No ensino fundamental, a população em idade de estudar - e que está na escola - saltou de 89% para 97%. Outra mudança significativa se deu no ensino superior, em que a oferta de vagas aumentou de forma notável. No caso das universidades particulares, a notícia é espetacular. A cada semana uma faculdade nova é aberta no Brasil.

Na edição desta semana, a revista preparou uma reportagem sobre a queda na remuneração dos recém-formados nos curso da MBA. O fenômeno pode ser encarado por seu lado financeiro, que é negativo, mas também pode ser visto como uma ótima notícia. Num momento em que o emprego para o pessoal sem qualificação está desaparecendo, a remuneração dos recém-formados só caiu porque aumentou de forma notável a oferta de alunos que conseguiram concluir um curso de pós-graduação. O Brasil tem vários desafios a vencer, e alguns deles tornam-se piores a cada ano, como a segurança pública, por exemplo. No campo da educação, pode-se dizer que pouco a pouco, o Brasil está vencendo uma guerra contra o atraso.